www.pwc.com.br

ZAMP S.A.

(Anteriormente denominada BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas ZAMP S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da ZAMP S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da ZAMP S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ZAMP S.A. e da ZAMP S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 2.13, 2.21, 9 e 10)

A Companhia é requerida, ao menos uma vez por ano, a realizar o teste de recuperabilidade do ativo intangível com vida útil indefinida (ágio), assim como realizar avaliação de indicativos de *impairment* para os demais ativos não financeiros com vida útil definida ao fim de cada período de reporte. Havendo indicativo de impairment, a Companhia deve estimar o valor recuperável dos ativos ou das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais os ativos tenham sido alocados. Uma perda avaliação de negócios, analisamos o modelo do por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado pela administração com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo a taxa de desconto e a taxa de crescimento. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calcula o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação do valor recuperável poderia produzir perdas ou reversões de perdas por *impairment* significativamente diferentes daquelas apuradas pela administração, consideramos essa área como de foco para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para avaliar os indicadores de *impairment*, bem como para determinar e mensurar o valor recuperável, incluindo a metodologia de avaliação adotada, as premissas e os dados utilizados nos cálculos.

Com o apoio de nossos especialistas da área de fluxo de caixa descontado apresentado, incluindo sua coerência geral lógica e aritmética, bem como a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, como a taxa de desconto e a taxa de crescimento, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado.

Confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pela administração da Companhia.

Efetuamos, também, análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro ou reversão de impairment.

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que os julgamentos e as premissas adotados para avaliação do valor recuperável, bem como as divulgações efetuadas sobre o tema, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.21 e 27)

A Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de outros, o entendimento dos controles internos

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre



Porque é um PAA

diferenças temporárias dedutíveis, considerados recuperáveis com base em estudo elaborado pela administração sobre as projeções de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses tributos.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos a fim de determinar a base tributária futura advinda das projeções de resultado da Companhia.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes nas projeções de lucros tributáveis da Companhia, e consequentemente no valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não utilizados.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferencas temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projecões indicavam lucros tributários futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Provisão para demandas judiciais (Notas 2.18 e 17)

decorrentes do curso normal de suas operações, especialmente aqueles de natureza tributária que são relativos a divergências na interpretação das normas, autos de infração, entre outros.

Normalmente os referidos processos são encerrados Obtivemos junto aos assessores jurídicos que após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A administração da Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses processos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A Companhia é parte passiva em processos judiciais Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles estabelecidos para identificar, mensurar, registrar e divulgar as contingências, bem como monitorar o andamento dos processos judiciais tributários.

> patrocinam as causas tributárias da Companhia, a confirmação dos valores e a classificação do risco de perdas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos os objetos dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração e analisamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Considerando a relevância dos valores, as incertezas envolvidas para a determinação e constituição da provisão, as divulgações requeridas das provisões e dos passivos contingentes, consideramos essa uma área de foco de auditoria.	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como para as divulgações efetuadas nas notas explicativas estão consistentes com as avaliações dos seus assessores jurídicos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos neste Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as
 correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação
 adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Counting to by

Georgia Ja Stutine Fayunda
Assinado per GEOVANI DA SILVEIRA FAGUNDE:71535438649

CPE:71535438649

Hora de assinatura: 02 March 2023 | 20 56 BRT

Geovani da Silveira Fagunde Contador CRC 1MG051926/O-0



Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Zamp S.A. (Anteriormente denominada BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.)

31 de dezembro de 2022

Relatório da Administração - RI



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Desde o primeiro trimestre de 2020, quando fomos assolados por uma pandemia global, que mudou a dinâmica da sociedade e momentaneamente dos nossos negócios, sempre acreditamos que sairíamos dessa crise mais fortes do que entramos. E para isso, teríamos que fazer as decisões certas, em contextos complexos, para que pudéssemos criar vantagens competitivas sustentáveis que nos destacariam em um mercado fragilizado, quando essa crise ficasse para trás.

Depois de um começo de ano ainda com resquícios de restrições operacionais, ao longo dos últimos trimestres, temos conseguido entregar uma consistente trajetória de recuperação. O quarto trimestre de 2022 nos faz encerrar o ano com a clareza de que realmente estamos saindo dessa pandemia mais forte do que entramos, e que os fundamentos que nos trouxeram até aqui estão novamente presentes em nossos resultados. Neste trimestre entregamos um forte crescimento de vendas, significativa alavancagem operacional com ganhos estruturais de eficiência e retomamos nosso forte plano de expansão para as nossas duas marcas, Burger King e Popeyes.

Finalizamos o ano de 2022 com novo recorde histórico de faturamento e geração de caixa operacional, mesmo em um cenário de tráfego ainda aquém dos patamares pré pandemia. Com nossas estratégias acertadas de calendário, produto, revenue management, sourcing e digitalização, alcançamos a melhor margem bruta da história da Companhia, aliada ao melhor resultado anual de market share da nossa história, segundo a agência de pesquisa Kantar. Esse equilíbrio entre crescimento de receita, com avanço de margem bruta, já nos permitiu, no 4T de 2022, estar acima dos níveis de 2019, em termos reais, em nossa margem bruta nominal por ativo.

Continuamos investindo em inovações em ambas as marcas, o que contribuiu para impulsionar vendas e garantir maior alavancagem operacional dos nossos ativos. Na marca Burger King, lançamos a campanha do Bob Esponja, Taca Fogo e lançamos o Whopper Churras e mais 3 opções de sanduíches de frango. Para a marca Popeyes, lançamos uma campanha em comemoração ao Dia das Crianças e na Black Friday, trazendo mais experimentação e fidelizando nosso público.

As frentes de tecnologia, que tanto temos colocado energia nos últimos 4 anos, continuam gerando resultados expressivos. Nosso programa de fidelidade chegou nesse trimestre à marca de 10,7 milhões de usuários – esse é o maior programa de fidelidade de restaurantes em toda América Latina. Nosso CRM já alcançou a marca de 15,9 milhões de usuários cadastrados e mais de 40% das vendas identificadas, o que nos fornece subsídios para, cada vez mais, implementar uma estratégia de precificação e hiper-personalização mais assertiva. Nosso aplicativo segue evoluindo em número de downloads, com novas funcionalidades, relevância e recorrência, o que nos leva hoje, tanto em Android, quando em IOS, a termos o melhor rating em toda a indústria de restaurantes no país. Por fim, conseguimos transferir a maior parte do nosso volume de *delivery* para um modelo operacional que nos possibilita maior escala, maior acesso a dados, melhor rentabilidade e, neste último trimestre, importante crescimento de receita.



Com a recuperação de vendas e projetos de eficiência operacional, fechamos o ano de 2022 com a mesma margem por ativo que tínhamos em 2019 para a marca Burger King. O que reforça a força da nossa marca e a nossa capacidade de flexibilizar iniciativas que geram rentabilidade, frente a um cenário inflacionário complexo e demanda ainda reprimida. Na marca Popeyes, fechamos o ano com uma venda média que nos coloca entre os principais players de QSR do país e já leva a operação, ainda em estágio inicial de maturação, para o território positivo de rentabilidade.

Nosso ritmo de abertura de restaurantes acelerou em comparação ao trimestre passado, com 35 aberturas brutas, das quais 12 lojas próprias de BK no formato *Free Standing*, em linha com o plano de expansão para a marca, 2 restaurantes próprios no modelo de *Ghost Kitchen cobr*anded, a abertura de 1 loja no formato *Food Court*, 11 franqueados e 9 lojas próprias de Popeyes no formato *Food Court*, expandindo nossa presença para outras capitais importantes do Brasil.

Em 2022, nossa geração de caixa operacional foi capaz de subsidiar nosso plano de investimentos para a abertura de 49 restaurantes no Brasil, manutenção e remodelagem do nosso parque de ativos, e importantes projetos de tecnologia que começam a surtir importantes efeitos nos resultados operacionais. Desta forma, caminhamos para o próximo ano, com uma excelente estrutura de capital que nos permitirá percorrer o forte plano de expansão da nossa Companhia no crescente e oportuno mercado de QSR brasileiro.

Encerramos o 4T22 com a excelente notícia que nossa Companhia, em paralelo aos resultados entregues, foi certificada pelo *Great Place to Work*, o que nos dá confiança de que estamos na direção certa em todas as frentes. Seguimos focados na retomada de vendas, expansão dos nossos restaurantes e diligentes na alocação de capital. Acreditamos que o nosso resultado atual sustenta nossos planos de crescimento para o futuro e estamos convictos na entrega dos nossos planos estratégicos para os próximos anos.

Agradecemos mais uma vez a todos os nossos acionistas, fornecedores, clientes e aos nossos colaboradores que trabalharam arduamente neste ano.

Equipe ZAMP



DESEMPENHO 2022 x 2021:

- Receita operacional líquida de R\$ 3,64 bilhões, configurando o melhor ano da história da Companhia, um aumento de R\$ 891,4 milhões (+32,4%) em relação ao ano de 2021;
- Margem Bruta de 64,4% registrada em 2022, a melhor performance anual histórica da Companhia;
- Crescimento de 38% nas receitas via canais digitais (*Delivery, Totem* e *App*), representando 33,5% das vendas da Companhia;
- 41% das vendas identificadas ao final de 2022;
- Clube BK, o Programa de fidelidade da Companhia atingiu 10,7 milhões de usuários no ano de 2022, já representando mais de 30% da receita da Companhia;
- EBITDA Ajustado de R\$ 573,1 milhões, um incremento de +137,3% em relação ao ano de 2021 e Margem EBITDA Ajustada de 15,7%.
- EBITDA Ajustado (sem IFRS 16) de R\$ 337,3 milhões, um incremento de R\$ 287,6 milhões e Margem EBITDA Ajustada (sem IFRS 16) de 9,3%;
- Abertura líquida de 45 restaurantes no ano, totalizando 990 restaurantes, 927 da marca BURGER
 KING® e 63 da marca POPEYES®; e
- Geração de caixa operacional de R\$ 458,9 milhões, incremento de R\$ 340,3 milhões;



DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES (CONSOLIDADO)	2022	2021	VAR%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.644,7	2.753,3	32,4%
EBITDA AJUSTADO	573,1	241,5	137,3%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15,7%	8,8%	690bps
EBITDA AJUSTADO SEM IFRS 16	337,3	49,7	578,5%
% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9,3%	1,8%	750bps
PREJUÍZO	(55,8)	(273,8)	-79,6%
PREJUÍZO SEM EFEITOS DO IFRS 16	(41,4)	(258,6)	-84,0%
DÍVIDA BRUTA	1.013,6	790,3	28,3%
DÍVIDA LÍQUIDA	494,4	339,5	45,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.485,2	1.572,7	-5,6%
DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES KING	2022	2021	VAR%
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.440,3	2.611,7	31,7%
LUCRO BRUTO	2.203,6	1.623,3	35,7%
MARGEM BRUTA	64,1%	62,2%	190bps
SSS	21,0%	6,0%	1500bps
DESTAQUES FINANCEIROS - R\$ MILHÕES POPEYES	2022	2021	VAR%
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	162,6	110,1	47,6%
LUCRO BRUTO	101,5	63,9	58,8%
MARGEM BRUTA	62,4%	58,0%	440bps
SSS	32,8%	15,3%	1750bps
DESTAQUES OPERACIONAIS	2022	2021	VAR.
# TOTAL DE RESTAURANTES	990	945	45
RESTAURANTES PRÓPRIOS			
# RESTAURANTES PRÓPRIOS INÍCIO DO EXERCÍCIO BURGER KING®	736	703	33
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	22	26	(4)
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	(4)	-	(4)
# RESTAURANTES PRÓPRIOS INÍCIO DO EXERCÍCIO POPEYES®	52	45	7
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES POPEYES®	11	7	4
# RESTAURANTES PRÓPRIOS FIM DO EXERCÍCIO	765	736	29
RESTAURANTES FRANQUEADOS			
# RESTAURANTES FRANQUEADOS INÍCIO DO EXERCÍCIO	209	202	7
ABERTURAS NOVOS RESTAURANTES BURGER KING®	16	9	7
FECHAMENTOS RESTAURANTES BURGER KING®	-	(3)	3
AQUISIÇÕES / REPASSES DE RESTAURANTES BURGER KING®		1	(1)
# RESTAURANTES FRANQUEADOS FIM DO EXERCÍCIO	225	209	16



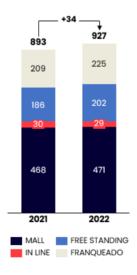
DESEMPENHO OPERACIONAL

Rede de restaurantes

No ano de 2022, a Companhia realizou a **abertura líquida de 45 restaurantes**, 33 aberturas e 4 fechamentos de restaurantes próprios e 16 aberturas de franqueados.

Sistema BURGER KING®

O ano 2022, registrou a **abertura de 16 restaurantes próprios** da marca BURGER KING® no formato *Free Standing*, 4 restaurantes próprios no modelo de *Ghost Kitchen* cobranded* e 2 aberturas do formato *Food Court* e o fechamento de 4 restaurantes deste mesmo formato. Além disso, os franqueados da marca realizaram a abertura de **16 restaurantes**. Dessa forma, o sistema **BURGER KING®** finalizou o ano com **927 restaurantes**.

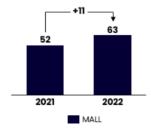


^{*}As lojas do modelo Ghost Kitchen são contabilizadas dentro da categoria "Mall".



Sistema POPEYES®

O sistema de restaurantes da marca POPEYES® finalizou o ano de 2022 com um total de 63 restaurantes, com 11 aberturas ao longo do ano. Nesse exercício, ocorreu a abertura de 4 lojas no modelo *Ghost Kitchen cobranded* e 7 lojas no modelo *Mall*. Os estados de Minas Gerais, Bahia, Paraná, Goiás e no Distrito Federal receberam os primeiros restaurantes POPEYES® neste trimestre, expandindo a presença da marca pelo Brasil.



Rede de dessert centers BURGER KING®

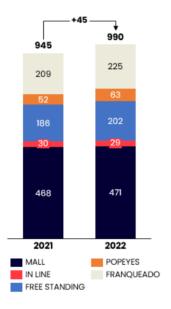
Como parte da estratégia de gestão de portfólio e rentabilidade da Companhia, o sistema BURGER KING®, em adição aos 927 restaurantes, finalizou o ano com **409** *dessert centers*, realizando o fechamento de **25 unidades no ano** de **2022.**





Rede de restaurantes total

Dessa forma, a ZAMP finalizou o ano de 2022 com um total de **990 restaurantes**, dos quais **765 próprios**, das marcas BURGER KING® e POPEYES® e **225 de franqueados** da marca BURGER KING®.

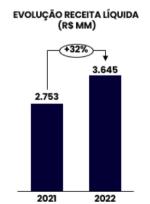


DESEMPENHO FINANCEIRO

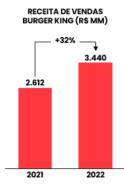
Receita operacional líquida

No ano de 2022, a receita operacional líquida da Companhia totalizou aproximadamente **R\$** 3,64 bilhões, o maior faturamento anual de sua história e uma evolução de 32 p.p. em relação ao mesmo exercício do ano anterior. Além disso, o resultado apresentado foi 27% superior em relação ao nível pré-pandemia, de 2019, demonstrando a capacidade de recuperação da Cia, através de suas icônicas e fortes marcas.

Entre os destaques operacionais, evidencia-se a dinâmica em que o tráfego já superou os níveis pré pandemia aos finais de semana, enquanto nos dias de semana, especificamente de segunda a quinta, ainda temos enfrentado tráfego em parte inferior.



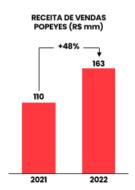




Como podemos ver no gráfico ao lado, a receita líquida de vendas advinda dos restaurantes BURGER KING totalizou R\$ 3,44 bilhões em 2022, valor 32% superior ao registrado no ano de 2021. Além disso, esse resultado também foi o melhor ano da marca no Brasil, configurando um crescimento de 24,4 p.p. em relação ao ano de 2019.

No ano, o **SSS apresentando foi de 21,0%**, reforçando a recuperação do tráfego e o avanço da marca no cenário de QSR brasileiro.

Comemorando o aniversário de 4 anos de operação no Brasil, a marca **Popeyes** segue com um pipeline de expansão robusto, atingindo novos mercados consumidores através da abertura de lojas em estados onde não estávamos presentes anteriormente. Por meio da experimentação (*trial*), estratégia de digitalização e qualidade do produto, conseguimos fidelizar o público consumidor da marca e atingir números cada vez mais expressivos, trimestre após trimestre.



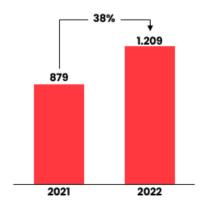
Além disso, tem-se que a proteína mais consumida em todo o Brasil é o frango, com o mercado endereçável desse alimento crescendo expressivamente no Brasil, a ZAMP se posiciona e se preparada para capturar as oportunidades apresentadas.

Dessa forma, POPEYES registrou uma **receita de vendas de R\$ 163 milhões** no ano de 2022, o melhor ano histórico da marca, **crescimento de 48% em relação ao ano de 2021** e um **SSS de 32,8%.**

Digitalização de Vendas

No ano de 2022, as **vendas digitais**, representadas pelo *delivery*, totem e *app* (*mobile*) de ambas marcas da ZAMP, totalizaram um novo recorde anual de **R\$ 1,2 bilhão**, um crescimento de 38% em relação ano anterior. Como pode-se notar nos gráficos abaixo, as vendas adivindas de canais digitais já representam mais de 33% da receita total da Companhia. Esse crescimento ocorreu, principalmente, devido às vendas via totem e *app* (*mobile*).

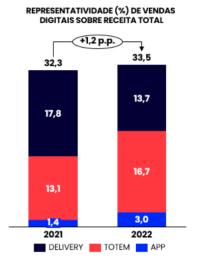






As vendas adivindas do *delivery*, representaram **13,7% das vendas** totais durante o ano. Estes resultados reforçam a estratégia de buscar acelerar essa avenida com mais rentabilidade e eficiência, além de apresentarem níveis superiores no que tange a experiência do cliente.

Alcançamos aproximadamente **70% da operação de restaurantes próprios Burger King e Popeyes com totens de autoatendimento**. Este canal apresentou uma evolução de 3,6 p.p. em relação ao ano anterior, representando, em 2022, 16,7% das vendas da Companhia. Essa evolução demonstra o aumento da sua representatividade em nossas operações e nos resultados de vendas, como também, atua muito direcionado as estratégias de individualização por trazer a função de identificação assim que o



cliente acessa o canal, além de alcançar um melhor NPS. Ao final de 2022, avançamos também no formato de restaurantes com 100% do atendimento de forma digital, alcançando a marca de 23 restaurantes.

Por fim, alcançamos a marca de 41,2% das vendas identificadas e nosso CRM fechou o ano de 2022 com 15,9 milhões de usuários cadastrados, reforçando nosso processo de conhecimento mais profundo do cliente e executando de forma mais precisa ações individualizadas e personalizadas.

Ao final de 2022, o **Clube BK**, programa de fidelidade na marca BURGER KING, principal *driver* da estratégia de CRM da Companhia, totalizou **10,7 milhões de usuários cadastrados**, sendo este valor 3x superior ao registrado no final do ano de 2021. No final de 2022, o programa já havia emitido um total de **1,4 bilhão de pontos**, total 10x superior ao reportado no mesmo exercício do ano anterior. O programa contribui diretamente para o crescimento da venda média da Companhia, fidelizando o cliente através da **personlização individual do consumo.**



Custo da mercadoria vendida

bps. Conforme foi compartilhado ao longo dos últimos anos e dos trimestres de 2022, a Companhia tem conseguido manter o equilíbrio entre a recuperação de vendas com ganhos de margem bruta. Conseguimos atingir esses níveis de margem bruta dada a combinação dos três pilares: i) revenue management; ii) strategic sourcing, renegociando contratos existentes, estipulando novas parcerias de longo prazo e, assim, conseguindo reduções relevantes para manter nossos custos sob controle, mesmo num cenário inflacionário que, apesar do arrefecimento recente, segue desafiador.; e iii) dados, com cada vez mais conhecimento dos nossos usuários, conseguimos reduzir nossa exposição a descontos massivos e, portanto, sermos mais assertivos na estratégia comercial.



Despesas com vendas

As despesas com vendas nos restaurantes, excluindo depreciação e amortização e depesas pré-operacionais, representaram 43,5% da receita no ano de 2022, uma queda de 500 bps na comparação com ano anterior.

Conforme apresentamos, a Companhia segue fazendo o uso da estratégia digital para ser cada vez mais eficientes na linha de pessoal, combinando redução de custos com experiências positivas aos nossos clientes. Durante este

ano, tivemos importantes avanços na negociação dos nossos contratos de ocupação – de forma a mitigar a escalada do IGPM e demais taxas de correção ao longo dos últimos trimestres. Além disso, seguimos investindo na frente de *utilites*, que nos permitiu reduzir essa conta e, principalmente, com o reforço dos canais de delivery 1p e híbrido, continuamos seguindo na redução de alguns gastos, como *take rate* dos agregadores. Esse resultado demonstra a disciplina da ZAMP em relação ao controle das despesas descricionárias.





Despesas gerais e administrativas totais

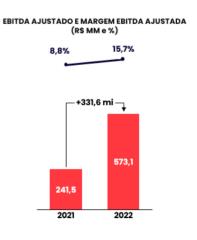
As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram 6,7% da receita líquida no ano de 2022, um que de 50 bps na comparação com o 2021. Durante esse ano, a Companhia realizou diversos investimentos para a otimização de inúmeras áreas e processos, sendo o principal na frente de tecnologia, onde tivemos o incremento de uma nova estrutura de Vice-Presidência, reforçando nosso comprometimento com a Transformação Digital, e investimos em nossa equipe para estarmos preparados para suportar o crescimento nesse novo ciclo. A partir da aproximação do tráfego em níveis pré-pandêmicos, ocorrerá a tendência de alavancagem operacional dessa linha.



EBITDA Ajustado

No ano de 2022, a **ZAMP registrou o maior EBITDA Ajustado de sua história**, no valor de **R\$ 573,1 milhões**, um crescimento de **137%** em relação ao ano de 2021 e de 23% em relação ao ano de 2019, superando os resultados registrados em uma situação pré-pandemia. **A margem EBITDA registrada para 2022 foi de 15,7%, 690 bps superior** ao valor encontrado em 2021.

Os resultados apresentados anteriormente decorrem da evolução do ritmo de vendas da Companhia e das inúmeras iniciativas de eficiência operacional que estão sendo realizadas, como as de transformação digital, *strategic sourcing* e *revenue management*, acarretando numa melhora da margem bruta e diminuição dos custos e despesas operacionais.



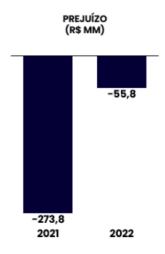


EBITDA - R\$ MILHÕES	2022	2021	VAR%	2022 (sem IFRS 16)	2021 (sem IFRS 16)	VAR%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(55,8)	(273,8)	79,6%	(41,3)	(258,6)	-
(+) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	143,9	98,0	46,8%	56,7	33,7	68,2%
(+) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	405,7	376,5	7,8%	235,2	225,8	4,2%
(+/-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8,6	3,2	-168,8%	16,0	11,1	45,0%
EBITDA	502,4	203,9	146,4%	266,6	12,0	2122,5%
MARGEM EBITDA	13,8%	7,4%	640bps	25,4%	1,3%	2410bps
(+) OUTRAS DESPESAS	21,8	13,8	58,0%	21,8	13,8	58,0%
(+) CUSTOS COM PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES	34,8	8,3	319,3%	34,8	8,3	319,3%
(+) DESPESAS COM AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO	0,0	7,4	-100,0%	0,0	7,4	-
(+) DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	14,1	8,2	72,0%	14,1	8,2	72,0%
EBITDA AJUSTADO	573,1	241,5	137,3%	337,3	49,7	578,7%
MARGEM EBITDA AJUSTADA	15,7%	8,8%	690bps	9,3%	1,8%	750bps
	Li					

Nosso EBITDA Ajustado sem IFRS16, totalizou **R\$ 337,3 milhões** no final de 2022, um **incremento de 578,5%** na comparação com o ano anterior e margem de 9,3%.

<u>Prejuízo</u>

No ano de 2022, o resultado foi de um **prejuízo de R\$ 55,8 milhões**, **uma melhora de R\$ 218 milhões** na comparação com o ano de 2021. Essa recuperação parcial do resultado advém das estratégias de rentabilidade impostas e da alavancagem operacional da Companhia, além da recuperação parcial do tráfego neste ano.





RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM n° 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP n° 01/2007, a Companhia informa que até 31 de dezembro de 2022, o auditor independente (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC)), além dos serviços de auditoria, foi contratado para o serviço de asseguração do Relatório de Sustentabilidade de 2021 da Companhia no valor equivalente a 16,3% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

A Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Diretoria ZAMP S.A.



Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial	2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações do fluxo de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	57
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	58
Resumo do Relatório do Conselho Fiscal	60

ZAMP S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)



Balanço Patrimonial

balango i atimomai		Controladora		Consolidado		
	Notas	2022	2021	2022	2021	
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	45.452	111.589	45.453	111.590	
Títulos e valores mobiliários	4	473.648	339.192	473.680	339.218	
Contas a receber de clientes	5	222.550	139.267	222.550	139.267	
Estoques	6	175.581	142.767	175.581	142.767	
Tributos a recuperar	7	50.797	44.053	50.797	44.053	
Demais contas a receber e pagamentos antecipados		33.946	36.804	33.946	36.804	
Total do ativo circulante		1.001.974	813.672	1.002.007	813.699	
Ativo não circulante						
Tributos a recuperar	7	149.534	135.289	149.534	135.289	
Depósito judicial	17	45.912	41.171	45.912	41.171	
Demais contas a receber		18.604	19.992	18.604	19.992	
Ativo de direito de uso	8	843.690	836.407	843.690	836.407	
Imobilizado	9	1.332.335	1.225.502	1.332.335	1.225.502	
Intangível	10	738.871	741.348	738.871	741.348	
Total do ativo não circulante		3.128.946	2.999.709	3.128.946	2.999.709	
Total do ativo		4.130.920	3.813.381	4.130.953	3.813.408	
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	12	346.046	239.474	346.046	239.474	
Fornecedores conveniados	12	18.527	8.443	18.527	8.443	
Salários e encargos sociais	13	139.234	106.648	139.234	106.648	
Empréstimos e financiamentos	11	149.477	153.535	149.477	153.535	
Passivos de arrendamento	8	171.876	160.105	171.876	160.105	
Obrigações corporativas	18	24.144	22.122	24.144	22.122	
Obrigações tributárias	14	33.598	30.743	33.598	30.743	
Receita diferida	15	19.908	13.805	19.908	13.805	
Demais contas a pagar	16	34.258	26.448	34.291	26.475	
Total do passivo circulante		937.068	761.323	937.101	761.350	
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos	11	864.082	636.735	864.082	636.735	
Provisão para demandas judiciais	17	21.818	25.422	21.818	25.422	
Obrigações tributárias	14	4.543	6.445	4.543	6.445	
Receita diferida	15	4.730	5.874	4.730	5.874	
Passivos de arrendamento	8	775.737	758.362	775.737	758.362	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	37.754	29.112	37.754	29.112	
Demais contas a pagar Total do passivo não circulante	16	1.708.664	17.388	1.708.664	17.388	
·						
Total do passivo		2.645.732	2.240.661	2.645.765	2.240.688	
Patrimônio líquido						
Capital social	19	1.461.068	1.461.068	1.461.068	1.461.068	
Reserva de capital e plano de opção de ações		728.404	720.526	728.404	720.526	
Ações em tesouraria		(63.691)	(24.214)	(63.691)	(24.214)	
Outros resultados abrangentes	29	-	147	-	147	
Prejuízo acumulado		(640.593)	(584.807)	(640.593)	(584.807)	
Total do patrimônio líquido		1.485.188	1.572.720	1.485.188	1.572.720	
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.130.920	3.813.381	4.130.953	3.813.408	

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstrações do Resultado

	_	Control	adora	Consolidado		
	Notas	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	21	3.644.674	2.753.287	3.644.674	2.753.287	
Custo das mercadorias, dos produtos vendidos e com serviços tomados	22	(1.297.785)	(1.034.605)	(1.297.785)	(1.034.605)	
Lucro bruto		2.346.889	1.718.682	2.346.889	1.718.682	
Despesas operacionais						
Com vendas	23	(1.987.373)	(1.693.769)	(1.987.373)	(1.693.769)	
Gerais e administrativas	24	(262.541)	(197.330)	(262.772)	(197.549)	
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos imposto	s	96.975	(172.417)	96.744	(172.636)	
Despesas financeiras	25	(209.957)	(141.561)	(209.957)	(141.561)	
Receitas financeiras	26	65.838	43.380	66.069	43.599	
Resultado financeiro, líquido		(144.119)	(98.181)	(143.888)	(97.962)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(47.144)	(270.598)	(47.144)	(270.598)	
Imposto de renda e contribuição social	27	(8.642)	(3.243)	(8.642)	(3.243)	
Resultado líquido do exercício		(55.786)	(273.841)	(55.786)	(273.841)	
Resultado básico por ação	20	(0,20377)	(0,99893)	(0,20377)	(0,99893)	
Resultado diluído por ação	20	(0,20377)	(0,99893)	(0,20377)	(0,99893)	

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)



Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora e Consoli	dado
	2022	2021
Resultado líquido do exercício	(55.786)	(273.841)
Instrumentos financeiros derivativos – Hedge	(147)	(153)
Resultado abrangente do exercício	(55.933)	(273.994)

ZAMP S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

			Res	ervas de capi	ital				
Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital (ágio na emissão de ações)	Custo de emissão de ações	Plano de opção de ações	Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2020		1.461.068	786.459	(98.635)	24.447	(24.214)	300	(310.966)	1.838.459
Gastos com emissões de ações Opções Outorgadas Reconhecidas Outros Resultados Abrangentes Prejuízo do exercício	31 29	- - -	- - -	(29) - - -	- 8.284 - -	- - -	- (153) -	- - - (273.841)	(29) 8.284 (153) (273.841)
Saldos em 31 de dezembro 2021	=	1.461.068	786.459	(98.664)	32.731	(24.214)	147	(584.807)	1.572.720
Opções Outorgadas Reconhecidas Ações em Tesouraria Adquiridas Opções Outorgadas Exercidas Outros Resultados Abrangentes Prejuízo do exercício	31 29	- - - -	- - - -	- - - -	22.315 - (14.437) - -	- (53.914) 14.437 - -	- - - (147)	- - - (55.786)	22.315 (53.914) - (147) (55.786)
Saldos em 31 de dezembro 2022	-	1.461.068	786.459	(98.664)	40.609	(63.691)	-	(640.593)	1.485.188

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)



Demonstrações do fluxo de caixa

Provisio (nemosto de renda e centribuição social (47,144) (270,598) (47,144) (470,598) (47,144) (47,144) (470,598) (47,144)	Domonoti agood ao naxo ao dana	Controladora		Consolidado		
Pejuizo antes do imposto do renda e contribuição social 225.86 225.8		2022	2021		2021	
Depreciação e amoritzação do imobilizado e intangível (Notas 9,10, 23 e 24) 33.5,017 26,142 25,836 225,836 225,836 225,836 225,836 225,836 235,836	Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Provisca de bônus	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(47.144)	(270.598)	(47.144)	(270.598)	
Juros, encargos, variação cambial e variação monetária 174,295 109,571 174,295 109,571 174,295 170,970 170,970 180,970	Depreciação e amortização do imobilizado e intangível (Notas 9,10, 23 e 24)	235.261	225.836	235.261	225.836	
Provisão para demandas judiciais (Nota 18) 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.251 16.790 9.252 16.790 9	Provisões de bônus	35.017	26.142	35.017	26.142	
Beautada na baixa de ativo imobilizado e intangível (Notas 9 e 10) 16,790 9,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790 3,251 16,790	Juros, encargos, variação cambial e variação monetária	174.295	109.571	174.295	109.571	
Provisido para impairment (Notas 9 e 24) 7.037 4.86 7.037 4.86 7.037 4.86 7.037 4.86 7.037 4.86 7.037 5.58 7.037	Provisão para demandas judiciais (Nota 18)	36.255	22.872	36.255	22.872	
Designation 1900	Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível (Notas 9 e 10)	16.790	9.251	16.790	9.251	
PDD be baixed de drives not financeiros (Nota 5) Provisão (reversão) para perda de estoque (Nota 23) Amortização de direito de uso (Nota 8) Amortização de civil de desperar de contribuição social pagos (1927) Amortização de pura sobre empréstimos e financiamentos (Nota 1) Amortização de ativo intangível (Autorita 8) Amortização de ativo intangível (Autorita 9) Amortização de ativo intangível (Autorita	Provisão para <i>Impairment</i> (Notas 9 e 24)	7.037	4.861	7.037	4.861	
Provisido (reversão) para perda de estaque (Nota 23) 1,370 1,387 1,703 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44 170.439 1,506.44	Custo com plano de ações (Notas 24 e 31)	34.799	8.284	34.799	8.284	
Amortização de direito de uso (Nota 8) 170.439 150.644 70.439 150.644 Variações em contas de ativos e passivos 663.933 294.102 663.933 294.102 Contas a receber de clientes, líquidos (85.854) (37.617) (88.856) (31.427) (18.856) (18.856) (18.856) (18.856) (18.856) (18.856) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (18.956) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (44.993) (20.958) (20.	PDD e baixa de ativos não financeiros (Nota 5)	2.571	5.538	2.571	5.538	
	Provisão (reversão) para perda de estoque (Nota 23)	(1.387)	1.701	(1.387)	1.701	
Variações em contas de ativos e passivos Contas a receber de clientes, líquidos (85.854) (37.617) (85.854) (37.617) (85.854) (37.617) (85.854) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (32.055) (49.55)	Amortização de direito de uso (Nota 8)	170.439	150.644	170.439	150.644	
Contas a receber de clientes, líquidos (85.854) (37.617) (18.856) (37.617) (37.6		663.933	294.102	663.933	294.102	
Estaques (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (31.427) (18.856) (44.937) (18.856) (44.938) (14.938) (14.938) (14.938) (44.938) (14.938) (14.938) (44.938) (12.0389) (44.938) (44.938) (12.0389) (44.938) (44.938) (12.0389) (44.938) (44.938) (12.0389) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (42.058) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (44.938) (43.202) (49.568) (49.56	Variações em contas de ativos e passivos					
Tributos a recuperar (20.989) (44.993) (20.989) (44.993) (20.989) (44.993) (20.989) (44.993) (20.985) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (44.993) (20.085) (48.96) (20.085) (Contas a receber de clientes, líquidos	(85.854)	(37.617)	(85.854)	(37.617)	
Demais contas a receber e pagamentos antecipados (495) (22.055) (495) (22.055) (22.055) Fornecedores e aluguéis a pagar 98.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 61.503 99.860 99	Estoques	(31.427)	(18.856)		(18.856)	
Fornecedores e aluguéis a pagar 98.860 61.503 98.860 61.503 Fornecedores conveniados 10.084 (31.202) 10.202 10.204 10.202 10.204 10.202 10.204 10.202 10.204 10.202	Tributos a recuperar	(20.989)	(44.993)	(20.989)	(44.993)	
Fornecedores conveniados 10.084 (31.202) 10.084 (31.202) Salários e encargos sociais (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.915) (5.641) (14.917) (1.927) (1.	Demais contas a receber e pagamentos antecipados	(495)	(22.055)	(495)	(22.055)	
Salários e encargos sociais (14.915) (5.64i) (14.915) (5.64i) (14.915) (5.64i) Obrigações corporativas 2.022 (6.298	Fornecedores e aluguéis a pagar	98.860	61.503	98.860	61.503	
Dobrigações corporativas 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 2.022 6.298 6.942 6.292 6.298 6.942 6.292 6.298 6.292 6.298 6.942 6.292 6.298 6.942 6	Fornecedores conveniados	10.084	(31.202)	10.084	(31.202)	
Captação es tributárias Campa Campa Captação Captação es tributárias Captação es tributárias Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) Captação de artivo intangível Captação de artivo intangível Captação de emissão Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) Captação de artivo intangível Captação de emissão Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) Captação de captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) Captação de captação de captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) Captação de Ca	Salários e encargos sociais	(14.915)	(5.641)	(14.915)	(5.641)	
Imposto de renda e contribuição social pagos (1.437) - (1.43	Obrigações corporativas	2.022	6.298	2.022	6.298	
Receita diferida	Obrigações tributárias	2.390	(1.927)	2.390	(1.927)	
Demais contas a pagar (9.524) 31	Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.437)	-	(1.437)	-	
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota II) (II8.815) (53.515) (20.613) (39.859) (20.613) (39.859) (20.613) (20.6	Receita diferida	4.959	(6.942)	4.959	(6.942)	
Pagamentos de Demandas judiciais (Nota 18)	Demais contas a pagar	(9.524)	31	(9.518)	32	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 458.933 118.573 458.939 118.574 Fluxos de caixa das atividades de investimento 4328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) (248.450) (249.450) (249.450) (249.450) (24	Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(118.815)	(53.515)	(118.815)	(53.515)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento Aquisição de ativo imobilizado Aquisição de ativo intangível (27.325) (31.391) (27.325) (31.391) (Aplicações) Resgates em títulos e valores mobilitários (85.233) 276.772 (85.239) 276.772 Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento (440.965) 6.541 (440.971) 6.540 Fluxos de caixa das atividades de financiamento Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 11) 350.000 - 350.000 - 350.000 Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) (Nota 11) (140.385) (41.346) (140.385) (41.346) Custos sobre captação de empréstimos (Nota 11) (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 8) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) Aquisição de ações em tesouraria (53.914) - (53.914) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa (66.137) (108.080) (66.137) (108.080) Saldo do caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670	Pagamentos de Demandas judiciais (Nota 18)	(39.859)	(20.613)	(39.859)	(20.613)	
Aquisição de ativo imobilizado (328.407) (238.840) (328.407) (238.840) Aquisição de ativo intangível (27.325) (31.391) (27.325) (31.391) (Aplicações) Resgates em títulos e valores mobiliários (85.233) 276.772 (85.239) 276.777 Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento (440.965) 6.541 (440.971) 6.540 Fluxos de caixa das atividades de financiamento (29) - (29) - (29) Custos de emissão - (29) - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) 350.000 - 350.000 - 350.000 - 40.000	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	458.933	118.573	458.939	118.574	
Aquisição de ativo intangível (Aplicações) Resgates em títulos e valores mobiliários (B5.233) 276.772 (B5.239) 276.772 Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento (440.965) 6.541 (440.971) 6.540 Fluxos de caixa das atividades de financiamento Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 11) 350.000 - 350.000 - 350.000 Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) (Nota 11) (140.385) (41.346) (140.385) (41.346) Custos sobre captação de empréstimos (Nota 11) (4.002) - (4.002) - (4.002) Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 8) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) Aquisição de ações em tesouraria (53.914) - (53.914) - (53.914) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (84.105) (233.194) (84.105) (233.194) Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.676	Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo intangível (Aplicações) Resgates em títulos e valores mobiliários (B5.233) 276.772 (B5.239) 276.777 Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento (440.965) 6.541 (440.971) 6.540 Fluxos de caixa das atividades de financiamento Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) 350.000 - 350.000 - 350.000 Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) (Nota II) (140.385) (41.346) (140.385) (41.346) Custos sobre captação de empréstimos (Nota II) (4.002) - (4.002) - (4.002) Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 8) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) Aquisição de ações em tesouraria (53.914) - (53.914) - (53.914) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (84.105) (233.194) (84.105) (233.194) Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.676	Aquisição de ativo imobilizado	(328.407)	(238.840)	(328.407)	(238.840)	
(Aplicações) Resgates em títulos e valores mobiliários (85.233) 276.772 (85.239) 276.772 Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento (440.965) 6.541 (440.971) 6.540 Fluxos de caixa das atividades de financiamento - (29) - (29) Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) 350.000 - 350.000 - 350.000 - 200.000 - - (29) - (20) <td></td> <td>(27.325)</td> <td>(31.391)</td> <td>(27.325)</td> <td>(31.391)</td>		(27.325)	(31.391)	(27.325)	(31.391)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento (440.965) 6.541 (440.971) 6.540 Fluxos de caixa das atividades de financiamento Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota II) 350.000 - 350.000 - Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) (Nota II) (140.385) (41.346) (140.385) (41.346) Custos sobre captação de empréstimos (Nota II) (4.002) - (4.002) - Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 8) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) Aquisição de ações em tesouraria (53.914) - (53.914) - (53.914) - Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (84.105) (233.194) (84.105) (233.194) Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa (66.137) (108.080) (66.137) (108.080) Saldo do caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.590 219.669 111.590 219.670		(85.233)		(85.239)	276.771	
Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 11) 350.000 - 350	Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(440.965)	6.541	(440.971)	6.540	
Custos de emissão - (29) - (29) Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 11) 350.000 - 350	Eluvos de caiva das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 11) 350.000 - 350.000 - 350.000 - 350.000 350.000 250.000 - 250.000 250.000 250.000 250.000 250.000 250.000 250.000 - 250.000 250.000 250.000		_	(29)	_	(20)	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal) (Nota II) (140.385) (41.346) (140.385) (41.346) Custos sobre captação de empréstimos (Nota II) (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (5.002		350 000	(23)	350 000	(23)	
Custos sobre captação de empréstimos (Nota II) (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (4.002) - (5.804) (191.819) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) - (53.914)			(41346)		(41346)	
Pagamentos de passivos de arrendamentos (Nota 8) (235.804) (191.819) (235.804) (191.819) Aquisição de ações em tesouraria (53.914) - (53.914) - (53.914) - (53.914) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (84.105) (233.194) (84.105) (233.194) Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa (66.137) (108.080) (66.137) (108.080) Saldo do caixa e equivalentes de caixa: 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670		,	(41.540)	,	(41.540)	
Aquisição de ações em tesouraria (53.914) - (53.914) - (53.914) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (84.105) (233.194) (84.105) (233.194) Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa (66.137) (108.080) (66.137) (108.080) Saldo do caixa e equivalentes de caixa: Volumenta de caixa			(101.010)		(101 010)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento (84.105) (233.194) (84.105) (233.194) Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa (66.137) (108.080) (66.137) (108.080) Saldo do caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670		`	(191.019)	•	(191.019)	
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa (66.137) (108.080) (66.137) (108.080) Saldo do caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670			(333104)	, ,	(333 104)	
Saldo do caixa e equivalentes de caixa: No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670	Caixa ilquido consumido pelas atividades de infanciamento	(84.103)	(233.184)	(84.103)	(233.194)	
No fim do exercício (Nota 3) 45.452 111.589 45.453 111.590 No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670	Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(66.137)	(108.080)	(66.137)	(108.080)	
No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670	Saldo do caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício (Nota 3) 111.589 219.669 111.590 219.670	No fim do exercício (Nota 3)	45.452	111.589	45.453	111.590	
					219.670	
	Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa				(108.080)	

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)



Demonstrações do valor adicionado

	Control	adora	Consol	idado
	2022	2021	2022	2021
Receitas	4.011.571	3.017.874	4.011.571	3.017.874
Venda bruta de mercadorias e serviços	3.991.764	3.008.347	3.991.764	3.008.347
Descontos e cancelamentos	(4.188)	(4.260)	(4.188)	(4.260)
Outras receitas	23.995	13.787	23.995	13.787
Insumos adquiridos de terceiros	(2.323.085)	(1.880.853)	(2.323.316)	(1.881.072)
Custo com mercadorias e serviços	(1.297.785)	(1.034.605)	(1.297.785)	(1.034.605)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	(999.980)	(831.357)	(999.980)	(831.357)
Perda na realização de ativos	(23.827)	(14.112)	(23.827)	(14.112)
Outros custos	(1.493)	(779)	(1.724)	(998)
Valor adicionado bruto	1.688.486	1.137.021	1.688.255	1.136.802
Retenções	(405.700)	(376.480)	(405.700)	(376.480)
Depreciações e amortizações	(405.700)	(376.480)	(405.700)	(376.480)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.282.786	760.541	1.282.555	760.322
Valor adicionado recebido em transferência	68.826	44.821	69.057	45.040
Receitas financeiras	68.826	44.821	69.057	45.040
Valor adicionado total a distribuir	1.351.612	805.362	1.351.612	805.362
Distribuição do valor adicionado	1.351.612	805.362	1.351.612	805.362
Despesas com pessoal	648.367	525.638	648.367	525.638
Remuneração direta e benefícios	612.537	492.607	612.537	492.607
FGTS	35.830	33.031	35.830	33.031
Impostos, taxas e contribuições	468.917	345.123	468.917	345.123
Federais	343.652	256.093	343.652	256.093
Estaduais	106.652	74.923	106.652	74.923
Municipais	18.613	14.107	18.613	14.107
Remuneração de capitais de terceiros	290.114	208.442	290.114	208.442
Despesas financeiras	208.801	140.811	208.801	140.811
Aluguéis	81.313	67.631	81.313	67.631
Remuneração de capital próprio	(55.786)	(273.841)	(55.786)	(273.841)
Resultado líquido do exercício	(55.786)	(273.841)	(55.876)	(273.841)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A ZAMP S.A. ("ZAMP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Tocantins, 350 – Alphaville – Barueri – SP, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código (ticker) "ZAMP3", tendo como objetivo social: (i) o desenvolvimento e a exploração de restaurantes com as marcas "Burger King" e "Popeyes" no Brasil; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte aos restaurantes que operem com o sistema "Burger King" no Brasil; (iii) o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista.

Em maio de 2022, mediante a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, a denominação social da Companhia que era BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. foi alterada para ZAMP S.A., mediante alteração estatutária.

a) Operação Burger King

O direito à exploração de restaurantes com a marca "Burger King" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Burger King Corporation ("BKC") em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração da marca possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 18).

A Companhia obtém de *Restaurant Brands International* (RBI), detentora da marca Burger King, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja é paga em parcela única o valor entre US\$5 mil e US\$45 mil a título de *Franchise Fee* a depender do modelo de loja. São pagos também *Royalties* de 5% sobre o faturamento líquido mensal das lojas, além da obrigação também em 5% sobre as vendas líquidas com Fundo de *Marketing*.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía respectivamente, 702 e 684 lojas próprias conforme abaixo:

	2022	2021
Estado de Alagoas	4	4
Estado da Bahia	15	14
Estado do Ceará	14	14
Distrito Federal	10	10
Estado do Espírito Santo	13	13
Estado de Goiás	22	22
Estado do Maranhão	5	5
Estado de Mato Grosso	5	5
Estado de Mato Grosso do Sul	4	4
Estado de Minas Gerais	53	51
Estado do Pará	8	7
Estado da Paraíba	5	5
Estado de Pernambuco	17	17
Estado do Piauí	2	2
Estado do Paraná	47	43
Estado do Rio de Janeiro	102	99
Estado do Rio Grande do Norte	3	3
Estado do Rio Grande do Sul	39	39
Estado de Santa Catarina	4	4
Estado de Sergipe	6	6
Estado de São Paulo	324	317
Total de Lojas	702	684

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

b) Operação Popeyes

O direito à exploração de restaurantes com a marca "Popeyes" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Popeyes Louisiana Kitchen (PLK) em 20 de março de 2018. Com a assinatura dos contratos, a ZAMP passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar restaurantes, por meio de operação própria ou de franqueados, com a marca POPEYES® no Brasil durante um período de 20 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes (Nota 18).

A Companhia obtém da RBI, detentora da marca Popeyes, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja é paga em parcela única o valor de US\$40 mil a título de *Franchise Fee*. As obrigações com *Royalties* e Fundo de *Marketing* possuem patamares similares aos aplicáveis à marca BURGER KING® no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía respectivamente, 63 e 52 lojas próprias conforme abaixo:

	2022	2021
Estado da Bahia	2	-
Distrito Federal	1	-
Estado de Goiás	1	-
Estado de Minas Gerais	2	-
Estado do Paraná	1	-
Estado do Rio de Janeiro	8	7
Estado de São Paulo	48	45
Total de Lojas	63	52

Oferta Pública Voluntária para Aquisição do Controle da Zamp S.A. (OPA)

Conforme Fato Relevante de 01 de agosto de 2022, a MC Brazil F&B Participações S.A. apresentou uma oferta pública voluntária (OPA) para aquisição de controle da ZAMP S.A. Após análises dos fundamentos econômicos, plano de negócios e visão futura da Companhia, a MC Brazil F&B Participações S.A lançou a OPA visando adquirir 45,15% das ações da Companhia, com o objetivo de deter 50,10% do capital social.

O Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o regulamento do Novo Mercado, Estatuto Social e Resolução CVM 85, avaliou os termos da Proposta e os impactos da OPA na Companhia e para seus investidores, em conjunto com seus assessores financeiros e legais independentes, e em 17 de agosto de 2022 via Fato Relevante, manifestou-se de forma desfavorável a aceitação da Oferta pelos seus acionistas. Não obstante, em 22 de agosto de 2022, também via Fato Relevante, a Companhia publicou a ausência de interesse na OPA por parte de acionistas que representavam 20,44% do capital social da Zamp S.A.

Em 31 de agosto e em 12 de setembro de 2022, a Companhia publicou a carta da *Restaurant Brands International Inc.* (*RBI*), informando a possibilidade de rescisão antecipada do contrato de Master Franqueado da Zamp S.A para as marcas BK e PLK caso houvesse êxito na OPA.

A Companhia divulgou em 22 de setembro de 2022, a carta da RBI, detentora das marcas BK e PLK, que menciona a solicitação de informações adicionais à Ofertante e identificação de que algumas afiliadas da Ofertante estavam envolvidas em atividades concorrentes. Portanto, conforme estabelecido nos contratos de Master Franqueado, não sendo possível outorgar o *waiver* solicitado pela Ofertante.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

Por fim, em 23 de setembro de 2022, a Companhia comunicou ao mercado a revogação da OPA recebida por parte da Ofertante, em virtude da verificação de condições para modificações do negócio existente, considerando potencial impacto adverso que decorreria da rescisão de contratos.

Em decorrência da OPA, as despesas gerais e administrativas (Nota 24) da Companhia aumentaram principalmente devido a antecipação de parte dos *vestings* dos Plano de remuneração baseado em ações, e despesas adicionais relacionados a serviços especializados de assessorias financeiras necessárias no processo.

Relatório de Sustentabilidade

Em novembro de 2022, a Companhia publicou em seus canais habituais de divulgação o Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2021. O documento publicado porta compromissos da ZAMP relacionados as informações ambientais, econômicas e sociais com o intuito de otimizar os impactos e comportamento sustentável com a economia global. Ainda, o relatório foi assegurado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PWC) considerando os critérios e diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Os compromissos da Companhia foram divididos em 3 pilares sendo eles: (i) Nossa Comida, (ii) Nossa Gente e (iii) Nossa Pegada. Os 3 pilares somam 16 compromissos e estão relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os principais compromissos assumidos, podemos destacar:

- Venda de óleo após a utilização das lojas para empresas especializadas em reciclagem deste insumo esta operação de reconhecimento de receita está registrada nas rubricas da Nota 21;
- Ações que minimizaram a utilização de energia elétrica adquirida por meio de mercado livre e de distribuidoras, como por exemplo, o desenvolvimento de parceria com usinas de geração de energia limpa e renovável (solar, eólica e hidrelétrica) para as lojas os benefícios oriundos desta ação foram registrados nas rubricas da Nota 23; e
- Implementação de sistema referente a reuso de água para minimizar o desperdício em restaurantes. A água captada foi reutilizada, por exemplo, em jardinagem os benefícios oriundos desta ação também foram registrados nas rubricas da Nota 23.

Efeitos da pandemia ocasionada pelo COVID-19

Conforme orientação da CVM em fevereiro de 2022, não foram reproduzidas as diretrizes de anos anteriores, porém foram reforçadas as validades de determinados documentos emitidos anteriormente. Portanto, a instrução divulgada, editado pela CVM em março de 2020, continua válida e discorre sobre potenciais efeitos que a pandemia ocasionou pelo Corona vírus (COVID-19), e que consequentemente acarretaram nos negócios das Companhias e seus respectivos reflexos em demonstrações financeiras.

Os efeitos encontrados nesta divulgação distorcem a sazonalidade histórica da Companhia, e prejudicam a comparabilidade das informações, uma vez que no exercício de 2021 houve parte do exercício impactado de forma significativa pela pandemia quando comparado com o exercício de 2022. Considerando as atuais informações e os dados disponíveis para esta divulgação, a partir do segundo trimestre de 2022, o cenário de nossas atividades foi normalizado quando comparado ao exercício de 2021, exceto pelo fluxo de circulação de pessoas nos *shoppings* que ainda está abaixo do período antecedente a pandemia.

Baseado na retomada e na geração de caixa operacional, além de outras análises efetuadas pela Administração da ZAMP, não foram identificados efeitos adversos relevantes nas operações da Companhia que coloquem em dúvida a continuidade e que possam impactar de forma significativa, as estimativas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas *pelo International Accounting Standards Board* ("IASB"), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2021.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022 (Nota 2.24).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios e a Administração efetua periodicamente uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo (Nota 30).

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à sazonalidade que comumente afeta a indústria de varejo. As vendas geralmente são melhores em períodos de férias escolares (janeiro, julho e dezembro) e, principalmente para as lojas localizadas em shoppings centers, nas semanas que antecedem datas comemorativas como dia das mães (maio), dia dos namorados (junho), dia dos pais (agosto), dia das crianças (outubro), halloween (outubro), black Friday (novembro) e natal (dezembro). Dessa forma, cada trimestre tem seu efeito sazonal no resultado da Companhia.

O CPC 22/NBC TG 22 (R2) /IFRS 8 – Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional, referente à venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia e autorizadas para a emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 02 de março de 2023.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

Estimativas

A CVM em suas instruções trouxe temas sensíveis para os exercícios sociais de 2022 e de 2021 que requeiram julgamento profissional e recomenda a elucidação dos problemas, os objetivos a serem atingidos, consideração e avaliação de alternativas e escolhas disponíveis para assim chegar a uma conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anos anteriores e a Companhia entende que o que é devido e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas informações contábeis da ZAMP e do fundo de investimento exclusivo XPA – BK (Nota 4). O fundo de investimento é integralmente consolidado a partir da data de sua constituição. As informações financeiras do fundo de investimento utilizadas para consolidação são referentes ao mesmo período da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupal, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio (Goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

Receita de aplicações financeiras

A receita sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração de resultado.

2.6. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço (em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi utilizado 34%).

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. Devido ao histórico dos resultados dos últimos exercícios, a Companhia não reconheceu os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa (Nota 27).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

Imposto indiretos (PIS, COFINS, ICMS)

Os impostos sobre vendas de mercadorias consistem no ICMS com alíquotas entre 2% e 20% incidentes sobre produtos tributados e não sujeitos ao regime de substituição tributária, contribuições relacionadas ao PIS e COFINS com alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação ou mercadorias com alíquota zero. Adicionalmente, sobre as receitas com prestação de serviços há a incidência de 2% de ISS.

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As políticas contábeis da Companhia estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras:

Classificação de Ativos Financeiros

O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros, o qual abrange três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda

Contabilidade de Hedge

A Companhia aplicou as determinações do CPC48/NBC TG 48/IFRS 9 em relação a contabilidade de *hedge*. Essas determinações exigem que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia, tornam a avaliação de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e proíbem a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*.

A Companhia possui instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa, e passou a reconhecer as mudanças no valor justo referente a marcação de mercado de *hedge*, em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

A Companhia adota o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9, o qual substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas esperadas". Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, a Companhia não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dados os ratings elevados de suas contrapartes.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

A carteira de recebíveis de clientes é submetida ao teste de valor recuperável de acordo com a norma e em conformidade com a política interna, a qual é moldada na probabilidade de realização, perda efetiva e prediz a provisão para créditos de liquidação duvidosa. O resultado desta análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, culminou na identificação de valores pendentes em aberto nas contas a receber, os quais foram registrados no resultado da Companhia devido à baixa expectativa de seu recebimento (Nota 5).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos, e *Non-Deliverable Forward* (NDF) para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na rubrica de despesa ou receita financeira.

2.9. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando parte significativa do ativo imobilizado é substituída, a Companhia reconhece este item como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A Companhia capitaliza custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de ativos elegíveis para fins de uso.

Adicionalmente, a Companhia capitaliza os custos internos relacionados aos profissionais integralmente dedicados aos projetos de construção de restaurantes, e são alocados a cada novo restaurante aberto. Esses gastos começam a ser capitalizados quando o projeto para a construção do restaurante é provável, considerando a identificação da localização e de sua viabilidade.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos, conforme informado na Nota 9.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

Uso da marca Burger King (Franchise fee) e da marca Popeyes (Franchise fee)

As marcas compreendem os direitos de uso de marca pagos a Burger King Corporation e a Popeyes Louisiana Kitchen, Inc. pela abertura de cada loja e em cada marca. O prazo de amortização é de 20 anos a partir da data da inauguração do restaurante.

Licenças de softwares (Direito de uso de software)

Correspondem às licenças adquiridas pela Companhia pelo uso de softwares. As amortizações são calculadas de forma linear em um prazo médio de cinco anos e custos com manutenção são reconhecidos diretamente no resultado.

2.11. Ativos e passivos de arrendamentos – Efeitos do CPC 06 (R2)/ NBC TG (R3)/ IFRS 16

Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A IFRS 16/CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3) segue o modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia reconhece como ativo ("ativo de direito de uso") (Nota 8), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 10 anos e a Companhia tem como política efetuar a renegociação se aplicável, pelo menos um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento.

Direito de uso de imóveis (Cessão de direito de uso)

Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais onde estão inseridos e localizados os "pontos de vendas" ou lojas os quais são pagos aos locadores de tais espaços. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre a locatária, a Companhia, e o locador, proprietário do imóvel.

2.12. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que pode existir perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de "impairment", mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 10). Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2022, não houve redução nos indicadores, entretanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, existiram reduções nos indicadores, porém não mudou a avaliação da vida útil de indefinida para definida e após as análises, projeções e julgamentos efetuados pela Administração não foi identificada a necessidade de provisionamento algum.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e/ou possui compromisso de recompra.

2.15. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste do valor justo em conta do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

A participação no fundo de investimento exclusivo foi consolidada considerando a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio do fundo (Notas 2.1 e 4).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

2.16. Receita diferida

A Companhia possui três tipos de reconhecimento de receita diferida em suas contas patrimoniais, sendo:

- (i) operações com fornecedores: os quais pagam valores a título de exclusividade de vendas de produtos e exposição de marca nas lojas, e por volume de compras, os quais são registrados como receitas diferidas, no passivo circulante e não circulante, e são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais no prazo de vigência, do contrato firmado com o fornecedor;
- (ii) Receitas com *franchise fee*: conforme CPC 47/ NBC TG 47/IFRS15 Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece tais benefícios de acordo com o prazo estipulado de permanência da marca junto ao franqueado, usualmente 20 anos; e
- (iii) Programa de Fidelidade Clube BK: o objetivo é a fidelização dos clientes da Companhia através da concessão de pontos mediante as compras que efetuam, para que possam acumulá-los e trocá-los pelas recompensas existentes no programa. A obrigação gerada pela emissão dos pontos é mensurada com base na adesão do cliente ao programa e no consumo dos produtos da marca, e só é cumprida quando a recompensa é resgatada de fato na loja pelo cliente, ou após perder validade (6 meses após a data de emissão). O reconhecimento da receita no resultado do período é apresentado líquido de seus respectivos custos variáveis diretos, quando superada a obrigação do desempenho mediante à disponibilização da recompensa ao participante, conforme CPC 47/ NBC TG 47/IFRS15 Receita de Contrato com Cliente.

2.17. Fornecedores conveniados

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa. (Nota 12).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

2.18. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2.20. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 – Resultado por Ação.

Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

2.21. Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou precos de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido e investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Realização do Impostos de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no provável nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia não registrou tributos diferidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa nos exercícios de 2022 e de 2021.

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, sem prazo de vencimento para sua utilização.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

2.22. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos restaurantes, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável.

Participação nos resultados

O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e da Companhia como um todo. Em 2022, essas metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto, o programa de participação dos resultados que foi provisionado para o exercício de 2022, será pago em exercício subsequente. O valor referente a provisão do programa de participação de resultado é registrado na rubrica de Salários e encargos sociais, no balanço patrimonial (Nota 13).

2.23. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23

A Interpretação referente a Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ICPC 22/ITG 22/IFRIC 23 trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32/NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. Essa Interpretação não gerou impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas que vigoraram em 2022 e novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

2.24.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas entraram em vigor

A Companhia aplicou certas normas e alterações, que são válidas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. As seguintes alterações de normas foram adotadas:

- Alteração ao IAS 16 (norma correlata ao CPC 27 Ativo Imobilizado): a alteração proibiu uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37 (norma correlata ao CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes): a alteração define que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3 (norma correlata ao CPC 15 Combinação de Negócios): substituiu as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Principais políticas contábeis

- Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020:
- (i) IFRS 9 (norma correlata ao CPC 48 Instrumentos Financeiros) esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros;
- (ii) IFRS 16 (norma correlata ao CPC 06 Arrendamentos) alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado;
- (iii) IFRS 1 (norma correlata ao CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros) simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais;
- (iv) IAS 41 (norma correlata ao CP 29 Ativos Biológicos) remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações referidas acima não tiveram impactos significativos na Companhia.

2.24.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigor somente em 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida, sendo eles:

- <u>IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1) divulgação de estimativas contábeis:</u> as alterações são úteis ao substituir a determinação para a divulgação das normas contábeis significativas materiais e adicionando guias como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis;
- <u>IAS 8 (norma correlata ao CPC 23) definição de estimativas contábeis</u>: onde as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correções de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis;
- <u>IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1) classificação de passivos como circulante e não circulante</u>: de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, onde são: (i) Da o direito de postergar a liquidação (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório (iii) a classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação (iv) que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação; e
- <u>IFRS17 substitui a IFRS4 (norma correlata ao CPC 50 substituindo o CPC 11)</u>: O objetivo é o reflexo apropriado do impacto dos contratos de seguros na posição financeira ao longo do tempo. Para tal, a norma estabelece os princípios relativos ao reconhecimento, mensuração, apresentação e relato dos contratos.

Em análise aos novos pronunciamentos e normas ainda não vigentes e que não foram adotadas antecipadamente, a Companhia efetuou os devidos estudos e julga que não existirão efeitos significativos em suas operações ou demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
a	17.380	16.613	17.380	16.613
	1.244	5.206	1.245	5.207
anceiras	26.828	89.770	26.828	89.770
ivalentes de caixa	45.452	111.589	45.453	111.590

		Controladora e Consolida	ıdo
Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	2022	2021
CDB	102,5% do CDI	-	65.511
Aplicação automática	10% do CDI	26.828	24.259
Total de aplicações financeiro	1S	26.828	89.770

Essas aplicações possuem liquidez imediata e a Companhia pode resgatá-las a qualquer momento sem mudança significativa no valor. Tais aplicações financeiras fazem jus a política interna da Companhia respeitando os limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

4. Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
Tipo de aplicação	Rentabilidade anual	2022	2021	2022	2021
Fundo de investimento exclusivo - XPA BK (i)	de 100% a 120% do CDI ou IPCA	141.677	127.698	_	-
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT")	de 100% Pré-fixada	-	-	49.935	45.484
Fundos de investimentos	IPCA	-	-	26.814	5.893
CDB	de 98% a 104% do CDI	322.923	179.745	322.923	179.745
Letras do Tesouro Nacional ("LTN")	de 100% a 115% do CDI ou IPCA	-	-	11.889	13.923
Aplicações em debêntures	de 100% a 112% do CDI	-	-	11.029	12.750
Letras Financeiras ("LF")	de 100% a 120% do CDI ou IPCA	-	-	42.042	49.674
Compromissadas	de 75% a 102,5% do CDI	9.048	31.749	9.048	31.749
Total de títulos e valores mobiliários		473.648	339.192	473.680	339.218
			·		

⁽i) XPA BK Fundo de Investimento Multimercado Investimento no exterior – Fundo de investimento exclusivo, com participação da Companhia em 100% e criado em 29/12/2017 (Nota 2.1). A carteira deste fundo, por tipo de aplicação está demonstrada nos saldos consolidados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Operações de vendas – Lojas	152.499	99.082	
Operações de vendas – <i>Delivery</i>	66.205	38.356	
Prestação de serviços com franqueados	6.075	3.975	
Prestação de serviços com partes relacionadas	1.373	66	
Outros valores a receber	5.029	3.848	
Provisão para devedores duvidosos (i)	(8.631)	(6.060)	
Total de contas a receber	222.550	139.267	

(i) Provisão para perdas estimadas com a realização dos créditos (Nota 23).

Uma parte do fluxo financeiro de contas a receber com cartões de crédito e *vouchers* de refeição é dada em garantia nas transações de empréstimos e financiamentos – capital de giro (Nota 11).

À luz do CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e em conformidade com a política interna da Companhia que é moldada na probabilidade de realização, perda efetiva e prediz a provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos superiores a 365 dias, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$8.631 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.060 no exercício de 2021).

Os montantes de provisão para devedores duvidosos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolid	lado
Aging list de provisão para devedores duvidosos	2022	2021
Vencidos		
De 31 dias até 120 dias	(198)	(330)
De 121 dias até 240 dias	(177)	(59)
De 241 dias até 365 dias	(423)	(455)
Superior a 365 dias	(7.833)	(5.216)
Total de provisão para devedores duvidosos	(8.631)	(6.060)

	Controladora e Consolid	ado
Movimentação de provisão para devedores duvidosos	2022	2021
Saldo inicial	(6.060)	(522)
Adições de perdas estimadas	(13.276)	(19.190)
Reversões de perdas estimadas	2.292	-
Baixas definitivas	8.413	13.652
Total de provisão para devedores duvidosos	(8.631)	(6.060)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Estoques

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Mercadoria para revenda	57.666	61.057	
Centro de distribuição	92.338	60.984	
Brinquedos	4.314	11.894	
Materiais de uso e consumo	21.577	10.533	
Provisão para perda de estoque (i)	(314)	(1.701)	
Total de estoques	175.581	142.767	

(i) Provisão para baixa de insumos com expectativa de não realização, referente a produtos perecíveis próximo a sua validade e brinquedos cuja licença expirou e até o momento não existe expectativa de renovação.

	Controladora e Consolidado		
Movimentação de provisão para perda de estoque	2022	2021	
Saldo inicial	(1.701)	-	
Adições de provisão para perda de estoque	(7.902)	(2.947)	
Perdas de estoque definitivas	9.289	1.246	
Total de provisão para perda de estoque	(314)	(1.701)	

7. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
IRPJ a recuperar	2,350	1.623	
CSLL a recuperar	1.245	899	
IRRF a compensar	7.805	4.588	
ICMS a compensar (i)	83.232	82.340	
PIS não cumulativo a recuperar (i) e (ii)	22.412	18.821	
COFINS não cumulativo a recuperar (i) e (ii)	78.729	63.843	
INSS a recuperar	4.558	6.940	
Outros	-	288	
Total de tributos a recuperar	200.331	179.342	
Circulante	50.797	44.053	
Não circulante	149.534	135.289	

- (i) O aumento dos saldos de tributos a recuperar inclui também o reconhecimento de créditos tributários extemporâneos em R\$ 57.871 reconhecidos nas linhas de Custos das mercadorias vendidas (Nota 22), Despesas com Vendas (Nota 23) e Despesas Gerais e Administrativas (Nota 24).
- (ii) O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2021 emitido em janeiro de 2021 discorre que no caso da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, e por existir potencial conflito à frente na definição da interpretação a ser dada à decisão do STJ, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser reconhecidos como ativo "crédito fiscal insumo de PIS e COFINS" aqueles créditos que sejam dotados de certeza e que não dependam de atos de terceiros para a entidade controlar os benefícios econômicos a serem por ele originados.

Em maio de 2021, o STF encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de embargos de declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal e não o valor recolhido, os procedimentos adotados pela Companhia para o levantamento dos créditos correspondem a tal decisão, e, portanto, adequados para o reconhecimento.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Tributos a recuperar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou o montante de R\$8.473 referente ao período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2017, sendo R\$6.139 como principal, reconhecido em junho de 2021 com o apoio de seus consultores tributários, e R\$2.298 de atualizações monetárias. O valor principal foi reconhecido contra a rubrica de Deduções da Receita Bruta (Nota 21) e a parte referente a atualização monetária contra a rubrica de correção monetária (Nota 26).

Os montantes de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 possuem a seguinte expectativa de compensação:

	Controladora e Consolidado	1
Expectativa de compensação	2022	2021
Até 1 ano	50.797	44.053
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	92.592	82.943
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	56.942	52.346
Total de tributos a recuperar	200.331	179.342

8. Ativos e passivos de arrendamentos – Efeitos do CPC 06 (R2)/ NBC TG 06 (R3)/ IFRS16

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia reconheceu como ativo ("ativo de direito de uso"), os seus contratos referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais (lojas). O que antes da norma era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de "direitos de uso" e juros sobre as obrigações de aluguéis, divulgadas como "Passivos de Arrendamento". Consequentemente, o EBITDA e o resultado operacional foram afetados.

Ao determinar o prazo de arrendamento, a Companhia analisa os fatos e as circunstâncias que geram o fator econômico para o exercício de uma decisão de prorrogação ou de rescisão de contrato. Os contratos de arrendamentos operacionais vigentes possuem prazo médio de 10 anos e as renovações são consideradas como novos contratos e são reconhecidos quando há certeza razoável de que será prorrogado. Ademais, a política é de efetuar a renegociação se aplicável, a partir de um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento.

Os fluxos reais excluindo inflação estimada dos próximos anos de pagamentos, foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. A taxa de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado no CDI projetado + *spread* atual (taxa nominal).

Em conformidade com a referida norma contábil, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021



(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos e passivos de arrendamentos – Efeitos do CPC 06 (R2)/ NBC TG 06 (R3)/ IFRS16

	Controladora e Cons	
	2022	2021
Ativos arrendados Sinite de servicio de s	0.40.000	000 407
Direito de uso de arrendamentos	843.690	836.407
Total de ativos arrendados	843.690	836.407
<u>Passivos arrendados</u>		
Obrigação de arrendamentos – Circulante	171.876	160.105
Obrigação de arrendamentos - Não circulante	775.737	758.362
<u>Total de passivos arrendados (Notas 28 e 30)</u>	947.613	918.467
	Controladora e Cons	solidado
Movimentação de direito de uso de arrendamento mercantil	2022	2021
Saldo inicial	836.407	732.308
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no período (i) e (ii)	193.828	265.980
Amortização de direito de uso (aluguel) (ii)	(170.439)	(150.644)
Tributos incidentes sobre amortização de arrendamentos (ii)	(16.106)	(11.237)
Saldo final	843.690	836.407
Movimentação de obrigações de arrendamento mercantil	2022	2021
Saldo inicial	918.467	791.331
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no período (i) e (ii)	193.828	265.980
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento (Notas 23 e 24) (ii) e (iii)	(235.804)	(191.819)
Descontos obtidos sobre pagamentos de arrendamentos (Nota 26) (iv)	-	(15.943)
Impostos incidentes sobre pagamentos de arrendamentos (ii)	(22.184)	(16.580)
Despesa juros de arrendamento mercantil incorrida (Nota 25) (ii)	87.228	80.156
Tributos incidentes sobre juros de arrendamentos (ii)	6.078	5.342
Saldo final (Notas 28 e 30)	947.613	918.467
	Controladora e Con	solidado
Resultado de arrendamento mercantil	2022	202
	, .	
Despesas com lojas – aluguel variável (iii)	(16.236)	(12.161)
	(170.439)	(150.644)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 23 e 24) (ii)	• • •	1.
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 23 e 24) (ii) Despesas financeiras – Juros acumulados (Nota 25) (ii)	(87.228)	(80.156)
Amortização de direito de uso (aluguel) (Notas 23 e 24) (ii)	• • •	(80.156) 15.943 (227.018)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



8. Ativos e passivos de arrendamentos – Efeitos do CPC 06 (R2)/ NBC TG 06 (R3)/ IFRS16

Os montantes de passivos de arrendamentos possuem os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

			Controladore	a e Consolidado		
	2022 2021			2021		
Prazos de vencimento	Passivos de arrendamento	(-) Juros de Passivos de arrendamento	Total	Passivos de arrendamento	(-) Juros de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	260.858	(88.982)	171.876	246.128	(86.023)	160.105
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	431.865	(129.423)	302.442	404.988	(127.588)	277.400
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	323.465	(72.159)	251.306	311.648	(74.777)	236.871
Mais de 5 anos	268.083	(46.094)	221.989	288.718	(44.627)	244.091
Total	1.284.271	(336.658)	947.613	1.251.482	(333.015)	918.467

- (i) As atualizações de índices financeiros devidos das Obrigações de Arrendamento Mercantil são registradas de acordo com cada contrato ocasionando impactos nas rubricas de Juros de Passivos de arrendamento e Ativo de Direito de Uso. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado do período, apenas as rubricas patrimoniais.
- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, os saldos apresentados em contas patrimoniais são brutos de impostos (Pis e Cofins) enquanto os saldos apresentados em contas de resultado são líquidos de impostos (Pis e Cofins).
- (iii) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação em R\$235.804 em 31 de dezembro de 2022 (R\$191.819 em 31 de dezembro de 2021), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Notas 23 e 24).

Com base no expediente prático da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 deliberada pela CVM em 07 de julho de 2020 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº18 deliberada pela CVM em 21 de julho de 2021, para o exercício de 2021 a Companhia reconheceu os descontos concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento operacional (e prorrogação) uma vez que os benefícios foram considerados relacionados a COVID-19 . Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia continuou com as negociações dos arrendamentos operacionais, porém, devido aos êxitos nas negociações não serem diretamente benefícios considerados relacionados a COVID-19, os arrendamentos operacionais beneficiados sofreram remensurações, impactando apenas as rubricas patrimoniais (Nota 26).

Abaixo, apresentamos o potencial efeito de PIS e COFINS a recuperar embutido nas contraprestações futuras de arrendamento, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora e Consoliadao					
		2022			2021	
Prazos de vencimento	Passivos de arrendamento	PIS/ COFINS Potencial	Total	Passivos de arrendamento	PIS/ COFINS Potencial	Total
Até 1 ano	260.858	(22.587)	238.271	246.128	(21.500)	224.628
Após 1 ano, mas menos de 3 anos	431.865	(37.338)	394.527	404.988	(35.182)	369.806
Após 3 anos, mas menos que 5 anos	323.465	(27.570)	295.895	311.648	(26.617)	285.031
Mais de 5 anos	268.083	(22.775)	245.308	288.718	(24.339)	264.379
Total	1.284.271	(110.270)	1.174.001	1.251.482	(107.638)	1.143.844

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021



(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

		Controladora e Consol	idado
	Taxa média anual de depreciação	2022	2021
Instalações, benfeitorias e projetos	(i)	658.496	626.608
Máquinas e equipamentos	6% à 15%	275.943	281.205
Móveis e utensílios	6% à 15%	45.334	46.755
Computadores e periféricos	20% à 25%	78.835	78.620
Outros ativos	-	293.719	205.269
(-) Provisão para impairment	-	(19.992)	(12.955)
Total de imobilizado		1.332.335	1.225.502

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

No exercício de 2022, foram capitalizados encargos financeiros no valor de R\$34.034 (R\$20.184 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão demonstradas a seguir:

9	Controladora e Consolidado						
	Instalações, benfeitorias e projetos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros ativos (i)	(-) Provisão para impairment (Nota 27)	Total
Custo							
Saldo em 31/12/2020	1.034.836	442.398	85.360	183.342	173.421	(8.094)	1.911.263
Adições	38.425	-	-	16	200.399	-	238.840
Transferências	91.957	35.041	8.143	31.216	(166.357)	-	-
Baixas (Nota 24)	(1.681)	(5.033)	(1.194)	(15.111)	(1.539)	-	(24.558)
Vendas de ativos	-	(286)	-	-	(655)	-	(941)
Impairment (Nota 24)	_	-	-	-	-	(4.861)	(4.861)
Saldo em 31/12/2021	1.163.537	472.120	92.309	199.463	205.269	(12.955)	2.119.743
Adições	50.126	-	-	564	285.429	-	336.119
Transferências	104.708	44.901	7.363	31.014	(187.986)	-	-
Baixas (Nota 24)	(9.351)	(4.048)	(631)	(3.462)	(7.709)	-	(25.201)
Venda de ativos (Nota 24)	(2.824)	(850)	(108)	(272)	(1.284)	-	(5.338)
Impairment (Nota 24)		-	-	-	-	(7.037)	(7.037)
Saldo em 31/12/2022	1.306.196	512.123	98.933	227.307	293.719	(19.992)	2.418.286
Depreciação							
Saldo em 31/12/2020	(426.286)	(148.785)	(37.767)	(102.761)	-	-	(715.599)
Adições	(110.987)	(46.237)	(8.450)	(29.216)	-	_	(194.890)
Baixas (Nota 24)	344	3.890	663	11.134	-	_	16.031
Vendas de ativos (Nota 24)	-	217	-	-	-	_	217
Saldo em 31/12/2021	(536.929)	(190.915)	(45.554)	(120.843)	-	-	(894.241)
Adições	(119.194)	(48.320)	(8.675)	(30.601)	_	-	(206.790)
Baixas (Nota 24)	5.731	2.583	537	2.772	-	-	11.623
Venda de ativos	2.692	472	93	200	-	-	3.457
Saldo em 31/12/2022	(647.700)	(236.180)	(53.599)	(148.472)	-	-	(1.085.951)
Total do imobilizado em 31/12/2021	626.608	281.205	46.755	78.620	205.269	(12.955)	1.225.502
Total do imobilizado em 31/12/2022	658.496	275.943	45.334	78.835	293.719	(19.992)	1.332.335

⁽i) Lojas construídas e/ou reformadas, substancialmente, que serão realocadas para os grupos do imobilizado conforme política da Companhia R\$62.705 (R\$45.881 em 31 de dezembro de 2021), obras referentes às lojas em construção R\$36.364 (R\$24.983 em 31 de dezembro de 2021), equipamentos novos em estoque R\$62.121 (R\$49.886 em 31 de dezembro de 2021), equipamentos em manutenção R\$12.596 (R\$3.892 em 31 de dezembro de 2021), e outros ativos em andamento R\$119.933 (R\$80.627 em 31 de dezembro de 2021).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Imobilizado

Teste de valor recuperável

A Companhia considera cada loja como sua menor unidade geradora de caixa ("UGC"), e avalia ao menos anualmente se as mesmas apresentam algum indício de não recuperabilidade. Na avaliação é levado em consideração o período de maturidade (a partir de 24 meses para as lojas dos modelos *Food Court e Express,* 36 meses para as lojas dos modelos *Free Standing e In Line,* sendo 561 lojas de um total de 765), o valor em uso dos ativos, incluindo os ativos intangíveis alocados em cada loja, seus fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, a taxa após os impostos de 13,06% (WACC), sendo a taxa equivalente antes dos impostos de 18,64%, e limitado ao período contratual daquela loja mais uma renovação do contrato de arrendamento. Identificadas as lojas com os indicadores de *impairment,* a Administração da Companhia avaliou as perspectivas de retomada de geração de caixa ou sua descontinuidade.

Além de considerar o valor recuperável de suas lojas, quando há indício de algum outro ativo não gerar caixa, como por exemplo equipamentos obsoletos, a Companhia também constitui provisão até o seu valor recuperável.

A Companhia provisionou o valor contábil de seus ativos não recuperáveis das lojas e outros ativos, sendo eles: instalações, benfeitorias, projetos e cessão de direito e ativos obsoletos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão era de R\$19.992 (R\$12.955 em 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 21 lojas com provisões para *impairment*. No decorrer do exercício de 2022, foi constituída a provisão para *impairment* de mais 30 lojas com adição de R\$11.208, 10 lojas tiveram as provisões revertidas gerando impacto de R\$3.372 e 11 lojas provisionadas no exercício de 2020 tiveram suas provisões atualizadas gerando uma reversão de R\$799. Com isso, a Companhia possuía, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 41 lojas provisionadas e o resultado das movimentações foi o complemento da provisão de *impairment* em R\$7.037 em 2022 (provisões de R\$4.861 em 2021) (Nota 24).

10. Intangível

		Controladora e Consol	idado
	Taxa média anual de amortização	2022	2021
Cessão de direito de uso	(i)	48.192	56.682
Franchise fee	5%	79.829	83.472
Licença de software	20%	38.651	28.995
Ágio (<i>goodwill</i>)	(ii)	572.199	572.199
Total de intangível		738.871	741.348

- (i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.
- (ii) Análise anual de impairment.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Intangível

As movimentações do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão demonstradas a seguir:

Cantual and aver a Canaalidada

Controladora e Consolidado				
Cessão de direito de uso	Franchise fee (Nota 18)	Licença de s <i>oftware</i>	Ágio (<i>goodwill</i>)	Total
155.930	108.827	37.070	572.199	874.026
4.276	5.133	21.982	-	31.391
160.206	113.960	59.052	572.199	905.417
1.696	2.896	22.733	-	27.325
(2.868)	(162)	(307)	-	(3.337)
(273)	(91)	(25)	-	(389)
158.761	116.603	81.453	572.199	929.016
(88.243)	(24.305)	(20.575)	=	(133.123)
(15.281)	(6.183)	(9.482)	-	(30.946)
(103.524)	(30.488)	(30.057)	-	(164.069)
(9.171)	(6.433)	(12.867)	-	(28.471)
1.874	103	97	-	2.074
252	44	25	-	321
(110.569)	(36.774)	(42.802)	-	(190.145)
56.682	83.472	28.995	572.199	741.348
48.192	79.829	38.651	572.199	738.871
	(88.243) (155.281) (100.569) (100.506) (1.696) (2.868) (273) (158.761) (15.281) (103.524) (103.524) (103.524)	Cessão de direito de uso Franchise fee (Nota 18) 155.930 108.827 4.276 5.133 160.206 113.960 1.696 2.896 (2.868) (162) (273) (91) 158.761 116.603 (88.243) (24.305) (15.281) (6.183) (103.524) (30.488) (9.171) (6.433) 1.874 103 252 44 (110.569) (36.774)	Cessão de direito de uso Franchise fee (Nota 18) Licença de software 155.930 108.827 37.070 4.276 5.133 21.982 160.206 113.960 59.052 1.696 2.896 22.733 (2.868) (162) (307) (273) (91) (25) 158.761 116.603 81.453 (88.243) (24.305) (20.575) (15.281) (6.183) (9.482) (103.524) (30.488) (30.057) (9.171) (6.433) (12.867) 1.874 103 97 252 44 25 (110.569) (36.774) (42.802)	Cessão de direito de uso Franchise fee (Nota 18) Licença de software Ágio (goodwill) 155.930 108.827 37.070 572.199 4.276 5.133 21.982 - 160.206 113.960 59.052 572.199 1.696 2.896 22.733 - (2.868) (162) (307) - (273) (91) (25) - 158.761 116.603 81.453 572.199 (88.243) (24.305) (20.575) - (15.281) (6.183) (9.482) - (103.524) (30.488) (30.057) - (9.171) (6.433) (12.867) - 1.874 103 97 - 252 44 25 - (110.569) (36.774) (42.802) - 56.682 83.472 28.995 572.199

Ágio (goodwill)

O ágio por expectativa futura (Goodwill) foi constituído pelo excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos quando da aquisição de franqueados em exercícios anteriores.

O goodwill gerado nas operações de aquisições é sustentado pela rentabilidade futura decorrente da sinergia dos negócios, diluição de custos fixos, crescimento esperado da marca, melhoria nas condições comerciais dos contratos existentes nas lojas adquiridas em função do maior poder de compra e de gestão de capital.

Teste de valor recuperável

Os ativos intangíveis com vida útil indefinidas (Goodwill), foram submetidos a testes de valor recuperável (impairment), e foi levado em consideração o modelo de negócio como uma única UGC, em função do modelo de gestão de caixa unificado e das sinergias existentes na condução das atividades operacionais. Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram identificados ativos intangíveis que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável em uso.

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para o grupo econômico para considerar aspectos de perpetuidade. A Companhia levou em consideração para fins das projeções de fluxos de caixa a consistência das premissas adotadas com os dados de crescimento histórico, bem como o crescimento econômico esperado para o país no qual a Companhia possui operações, além de considerar a maturação dos investimentos realizados e a realizar sendo eles, tecnológicos e novas lojas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



10. Intangível

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) /NBC TG 01 (R4) /IAS 36 – Redução do Valor Recuperável dos Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

- As projeções foram feitas em reais e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa aplicada a projeções de fluxo de caixa foi de 13,06% a.a. após os impostos em 2022, sendo a taxa equivalente ao WACC antes dos impostos foi de 18,64%.
- As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetadas para o período de cinco anos foram corrigidas considerando projeção futura de Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) mais PIB real (Produto Interno Bruto), alavancas tecnológicas implementadas na Companhia e a abertura de novas lojas.
- A taxa nominal de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todo o grupo econômico para a perpetuidade, após os cinco anos de projeções detalhadas, foi de 5,08% a.a., a qual reflete a perspectiva de crescimento da Companhia na perpetuidade.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ágios registrados.

11. Empréstimos e financiamentos

			Controladora e Co	nsolidado
	Taxa de juros (a.m)	Vencimento	2022	2021
Empréstimos e financiamentos – capital de giro	de 0,22% à 0,30% + CDI	de mar/2023 até mar/2025	246.510	384.389
Debêntures (i)	de 0,11% a 0,16% + CDI	de abr/2023 até abr/2027 _	767.049	405.881
Total de empréstimos e financiamentos		=	1.013.559	790.270
Circulante		-	149.477	153.535
Não circulante		_	864.082	636.735

	Controladora e Co	nsolidado
Movimentação de empréstimos e financiamentos	2022	2021
Saldo inicial	790.270	830.776
Captação (i)	350.000	-
Fee de captação (i)	(4.002)	=.
Pagamento de principal	(140.385)	(41.346)
Pagamento de juros	(118.815)	(53.515)
Juros incorridos	136.491	54.355
Total de empréstimos e financiamentos	1.013.559	790.270

(i) Em abril de 2022, a Companhia realizou a captação da 9ª emissão de debêntures nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteradas, com valor total da emissão de R\$350.000, na data de emissão 23 de março de 2022 em série única, com quantidade de 350.000 debêntures. O prazo de vencimento é de cinco anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de março de 2027, com cláusulas restritivas similares às da 8ª emissão de debêntures conforme previstas na escritura de sua emissão. Sua remuneração é de 100% CDI + spread de 1,90% a.a e os recursos captados por meio desta emissão serão destinados aos negócios de gestão ordinária da Companhia, incluindo, sem limitação, ao alongamento da dívida, reforço do capital de giro e investimento em bens de capital (CAPEX).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional são destinados à compra de bens para abertura de novas lojas e para capital de giro, e os montantes não circulantes, possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora e Consol	idado
Ano	2022	2021
2023	-	120.885
2024	483.384	483.384
2025	34.000	34.000
2026	175.000	-
2027	175.000	-
Encargos financeiros a transcorrer	(3.302)	(1.534)
Total de debêntures, empréstimos e financiamentos (Não Circulante)	864.082	636.735

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas. Os covenants são controlados anualmente pelas instituições financeiras, e mensalmente pela Companhia.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentados a seguir:

Debêntures 8ª emissão e 9º emissão, empréstimos e financiamentos

A relação entre a dívida líquida (Nota 28) e o EBITDA ajustado (covenants) – excluindo os efeitos do IFRS16 – da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,0 (três).

Para cálculo do EBITDA ajustado para *covenants* são desconsideradas as despesas com depreciação e amortização, resultado com ativos vendidas, resultado com sinistros, provisão para *impairment*, custo com plano de opção de ações, despesas com aquisição e incorporação e despesas pré-operacionais, excluindo os efeitos do IFRS 16 (Notas 23 e 24).

No exercício de 2022, a Companhia cumpriu com suas obrigações contratuais referente as cláusulas restritivas, porém para o exercício de 2021 ficou limitada a tais cumprimentos no que tocaram a sua obrigatoriedade anual e obteve anuência prévia (*waiver*) para a não medição deste índice. Para o exercício de 2023, a Companhia possuí a expectativa de cumprir com suas obrigações contratuais.

O não cumprimento dos *covenants* no exercício de 2021 pela Companhia foi devido ao agravamento dos efeitos da pandemia em suas atividades operacionais (Nota 2). A anuência prévia para não medição do índice financeiro foi obtida antes de 31 de dezembro de 2021, sob determinadas condições resolutivas, destacando-se: (i) o pagamento de vantagem adicional (prêmio), apenas no caso das debêntures no montante de R\$3.633, reconhecida nas despesas financeiras e; (ii) manutenção de caixa mínimo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$250.000. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com tais condições.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Empréstimos e financiamentos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a fiança bancária da Companhia com os bancos monta o valor de R\$11.743 (R\$7.116 em 31 de dezembro de 2021), para assegurar o ponto comercial das lojas.

Os empréstimos e financiamentos são em moeda nacional e representados por liberações para financiamento da compra de bens para abertura de novas lojas e para utilização da Companhia. Para os empréstimos de capital de giro, 20% do fluxo financeiro de recursos transacionados em bandeiras de cartões específicas foram dados em garantia, e caso não perfaça, o saldo devedor deverá ser garantido através de aplicações financeiras.

12. Fornecedores, fornecedores conveniados e aluquéis a pagar

_	Controladora e Consolidado		
-	2022	2021	
Fornecedores de materiais e serviços (i)	300.969	204.332	
Fornecedores conveniados (ii)	18.527	8.443	
Fornecedores de imobilizado	14.420	6.528	
Outros	30.837	28.614	
Total de fornecedores, fornecedores conveniados e aluguéis a pagar	364.573	247.917	

- (i) O aumento da rubrica de fornecedores de materiais e serviços, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é devido principalmente a combinação de maiores vendas, abertura de lojas e retomada do tráfego de pessoas em nossos restaurantes no exercício de 2022. Em 2021, as atividades operacionais da Companhia estavam limitadas devido ao agravamento da pandemia na época.
- (ii) A Companhia possui contratos com instituições financeiras com o objetivo de beneficiar os fornecedores com a antecipação de recebimento. Os fornecedores que optam pela antecipação, transferem o direito de receber para as instituições financeiras. Dessa forma, o fornecedor recebe antecipadamente o pagamento líquido da taxa praticada pela instituição financeira. A Companhia por sua vez efetuará o pagamento conforme prazo previsto contratado com o fornecedor, sem alteração no valor acordado, assim é registrada a obrigação com as instituições financeiras, deixando de existir um passivo com o fornecedor inicial. Como potencial valor financeiro embutido nas operações, informamos que a taxa média utilizada na antecipação é de 2,0% a.m. combinada com o prazo médio de 25 dias antecipados (em 31 de dezembro de 2021 a taxa média utilizada era de 2,0% a.m. combinada com o prazo médio de 31 dias antecipados) (Nota 2.17).

13. Salários e encargos sociais

	Controladora e Consoliada		
	2022	2021	
Salários a pagar e benefícios	18.989	12.147	
Participação de resultado (i)	35.017	26.142	
Provisão de férias e encargos sobre férias	59.795	44.534	
Encargos sociais	16.316	15.071	
Outros	9.117	8.754	
Total de salários e encargos sociais	139.234	106.648	

(i) O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e da Companhia como um todo. Em 2022, essas metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto, o programa de participação dos resultados que foi provisionado para o exercício de 2022, será pago em exercício subsequente. Em 2021, as metas da Companhia foram atingidas e o pagamento referente ao programa de participação dos resultados foi efetuado no exercício de 2022.

Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4.728	354	
Programa de Integração Social – PIS	950	68	
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	705	560	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.244	16.791	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	2.360	1.997	
Tributos parcelados (i)	4.891	5.295	
Imposto sobre Serviços – ISS	1.197	8.367	
INSS retido na fonte	1.184	452	
Outros	882	3.304	
Total de obrigações fiscais	38.141	37.188	
Circulante	33.598	30.743	
Não circulante	4.543	6.445	

⁽i) Refere-se ao parcelamento espontâneo de tributos e adesão ao PERT efetuado.

15. Receita diferida

	Controladora e Consoliadao		
	2022	2021	
Receita diferida – franchise fee (i)	5.023	4.270	
Receita diferida – fornecedores (ii)	5.007	13.499	
Receita diferida – CLUBE BK (i)	14.608	1.910	
Total de receita diferida	24.638	19.679	
Circulante	19.908	13.805	
Não circulante	4.730	5.874	

⁽i) Reconhecimento da receita diferida ao longo do tempo, conforme CPC 47NBC TG 47/IFRS15 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 2.16).

16. Demais contas a pagar

. •	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões de gastos diversos (i)	16.340	26.061	16.340	26.061
Investimentos a pagar – King Food/ Good Food/ Fast Burger (ii)	17.775	16.052	17.775	16.052
(-) AVP de Investimentos a pagar - King Food/ Good Food/ Fast Burger	(535)	(313)	(535)	(313)
Adiantamento de Clientes	559	1.016	559	1.016
Outros	119	1.020	152	1.047
Total de demais contas a pagar	34.258	43.836	34.291	43.863
Circulante	34.258	26.448	34.291	26.475
Não circulante	-	17.388	-	17.388

⁽i) Refere-se principalmente a taxa de serviços das plataformas de delivery, materiais e serviços.

⁽ii) Recursos recebidos antecipadamente de fornecedores específicos que incluem exclusividade na venda de produtos desses fornecedores nos restaurantes Burger King, exposição das marcas dos fornecedores, investimento em campanhas de marketing para aumento das vendas dos produtos Burger King para consequente aumento das vendas dos produtos do fornecedor, além de parcerias com instituições financeiras e agregadores (Nota 2.16).

⁽ii) Refere-se a parcela remanescente da aquisição das empresas *King Food, Good Food e Fast Burger* com o prazo de vencimento em 2023.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como probabilidade de perda provável na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos foram provisionados com base em vários fatores, incluindo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às provisões para demandas judiciais em discussão na esfera judicial estão demonstrados no quadro abaixo.

Adicionalmente, a Companhia teve conhecimento, em 31 de dezembro de 2022, de outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, e com base nos históricos dos processos e análise das causas principais, a mensuração dos processos com probabilidade de perda possível foi de R\$350.564 (R\$102.334 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e Consolidado, a saber:

		Controladora e Consolidado			
	2022		2021		
	Provável	Possível (i)	Provável	Possível (i)	
Processos trabalhistas	21.355	56.307	24.641	47.330	
Processos cíveis	463	10.455	781	10.539	
Processos tributários (ii)	-	283.802	-	44.465	
Total de provisão para demandas judiciais	21.818	350.564	25.422	102.334	

- (i) Para os casos de perda possível, não existe provisão para cobrir eventuais perdas com esses processos.
- (ii) Em outubro de 2022, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou duas autuações contra a Companhia, visando a cobrança de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. Os autos totalizam R\$ 221.740, e têm como base os seguintes temas: (i) divergência na alíquota aplicável sobre determinadas receitas (PIS e COFINS); (ii) aproveitamento de créditos tidos como indevidos, apesar de se tratarem de créditos relacionados a despesas típicas do segmento e que se enquadram nos critérios da essencialidade e relevância (PIS e COFINS); (iii) suposta incorreções no preenchimento de obrigações acessórias, especialmente decorrentes dos créditos que foram contestados (PIS e COFINS); e (iv) suposta indedutibilidade dos Royalties para fins do cálculo do IRPJ e CSLL, em patamar superior ao limite legal (IRPJ e CSLL). A Companhia informa com base na avaliação de seus assessores jurídicos, que os casos possuem probabilidade possível de perda e não há expectativa de desembolsos.

Processos trabalhistas com perdas prováveis

A Companhia é parte em processos trabalhistas, principalmente devido a desligamentos no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía uma provisão de R\$21.355 (R\$24.641 em 31 de dezembro de 2021) na Controladora e no Consolidado, para os litígios relacionados a esses processos. Esses litígios são avaliados com base na média de perda histórica dos últimos dezoito meses frente ao total de processos em aberto ao final do período, excluindo-se processos que são considerados como pontuais e não rotineiros, para os quais são efetuadas provisões específicas adotando-se critérios similares àqueles praticados para avaliações tributárias e cíveis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Provisão para demandas judiciais

As movimentações das provisões para demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	2021	Adições	Baixas/ Reversões	Pagamentos	2022
Processos trabalhistas	24.641	40.560	(4.555)	(39.291)	21.355
Processos cíveis	781	364	(151)	(531)	463
Processos tributários	-	37	-	(37)	-
TOTAL	25.422	40.961	(4.706)	(39.859)	21.818

		Contr	oladora e Consolidado		
<u> </u>	2020	Adições	Baixas/ Reversões	Pagamentos	2021
Processos trabalhistas	21.896	23.412	(474)	(20.193)	24.641
Processos cíveis	1.265	398	(462)	(420)	781
Processos tributários	2	-	(2)	-	-
TOTAL	23.163	23.810	(938)	(20.613)	25.422

Depósitos judiciais

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Processos trabalhistas	29.503	27.603	
Processos cíveis	1.199	915	
Processos tributários	15.210	12.653	
Total de depósitos judiciais	45.912	41.171	

18. Partes relacionadas

18.1 Franchise Fees, Royalties e Service Fee

A RBI é franqueadora da Companhia e, portanto, uma parte relacionada. Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia firmou um contrato de *Master* Franqueado, e tem a obrigação de pagar taxa de franquia e *royalties* a RBI.

Conforme mencionado na Nota 1, as transações de *Franchise Fees* e *Royalties* são feitas por condições exclusivas previstas nos contratos com a BKC, e com a PLK, uma vez que a ZAMP é a representante das marcas no Brasil, não existindo condições comparáveis no mercado.

Em função dos contratos expostos, a Companhia tem registrado em suas contas a pagar e a receber, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021 os seguintes valores:

	Burger King Corporation (BKC)		Popeyes Louisiana Kita	hen (PLK)
	2022	2021	2022	2021
<u>Ativo</u>				
Contas a receber de clientes (Nota 5)	1.373	66	-	-
Adições de franchise fee (Nota 10)	2.896	2.751	-	2.382
<u>Passivo</u>				
Obrigações corporativas	(23.333)	(21.358)	(811)	(764)
<u>Resultado</u>				
Receitas com service fee	1.019	787	-	-
Despesas com <i>Royalties</i> (Nota 23)	(183.907)	(140.309)	(7.061)	(5.390)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Partes relacionadas

18.2 Obrigações corporativas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia (Controladora e Consolidado) possuía o saldo de R\$24.144 referente a royalties e franchise fee devidos a BKC e a PLK (R\$22.122 em 31 de dezembro de 2021).

18.3 Remuneração da Administração

	2022		2021	<u> </u>
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Pró-labore	5.993	-	5.373	-
Benefícios diretos e indiretos	523	=	443	-
Remuneração variável	5.907	=	4.125	-
Remuneração baseada em ações	13.856	=	6.122	-
Honorários	-	3.235	-	2.632
Outros (INSS)	1.678	647	1.504	526
	27.957	3.882	17.567	3.158

Em abril de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária que aprovou a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2022, no valor de até R\$32.063, dos quais R\$28.354 correspondem à remuneração prevista para a Diretoria Estatutária da Companhia incluindo os planos de remuneração baseados em ações, e R\$3.708 referem-se à remuneração prevista para o Conselho de Administração. Tais despesas estão registradas na rubrica despesas gerais e administrativas.

Além dos valores informados no quadro acima, a Companhia foi impactada pela antecipação de parte dos *vestings* dos planos de remuneração baseado em ações devido à OPA (Notas 1 e 24), no total de R\$14.691 no exercício de 2022.

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia é de R\$1.461.068 e está representado por 275.355.447 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Conforme Estatuto Social e mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 282.690.560 ações ordinárias, incluindo para fins de emissão de ações a serem emitidas em decorrência do eventual exercício dos direitos de subscrição contidos em bônus de subscrição emitidos pela Companhia.

Destinação dos prejuízos

A proposta para o prejuízo da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$55.786, é de manter como prejuízos acumulados, totalizando R\$640.593, a serem compensados com lucros líquidos em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia optou por manter o prejuízo do exercício no valor de R\$273.841, como prejuízos acumulados, totalizando R\$584.807.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Patrimônio líquido

Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída por ágio sobre subscrição de ações dos acionistas e plano de opção de ações, e são parcialmente compensados pelos custos de emissões. A reserva poderá ser utilizada para incorporar ao capital social ou para absorver prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2022, o valor da reserva de capital é de R\$728.404 (R\$720.526 em 31 de dezembro de 2021).

Recompra de ações e ações em tesouraria

Em 2022, via Fato Relevante, a Companhia comunicou a aprovação do programa de recompra de ações de sua própria emissão, com o objetivo de maximizar a geração de valor para seus acionistas.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria, para posterior cancelamento, alienação e/ou utilização para lastro do exercício dos planos de incentivo de longo prazo aprovados pela Companhia.

O limite de ações a ser adquirido pela Companhia nos termos do programa de recompra de ações é de até 16.000.000 de ações ordinárias representando aproximadamente 6,00% das ações em circulação no mercado.

Em linha com a aprovação do programa acima mencionado, até 31 de dezembro de 2022, a Companhia recomprou o total de 8.891.000 de ações ordinárias com o preço médio de R\$6,06, perfazendo o montante de R\$53.914, além de ter utilizado 1.252.196 ações ordinárias para pagamento do plano de remuneração baseado em ações previsto neste período e antecipação de *vesting* dos planos devido a OPA (Nota 1). Assim, a ZAMP detém 8.861.523 de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 (1.222.719 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir, movimentação das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Ações em tesourario

	Quantidade de Ações – unid	Valor – milhares de Reais	Preço médio – Reais
Em 31 de dezembro de 2020	1.222.719	24.214	19,80
Ações adquiridas	-	-	-
Exercício de opções de ações	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	1.222.719	24.214	19,80
Ações adquiridas	8.891.000	53.914	6,06
Exercício de opções de ações	(1.252.196)	(14.437)	11,53
Em 31 de dezembro de 2022	8.861.523	63.691	7,19

20. Resultado por ação

Baseado no CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 – Resultado por ação, a Companhia deve apresentar o resultado básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



20. Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Numerador básico			
Resultado líquido do período	(55.786)	(273.841)	
<u>Denominador básico</u>			
Média ponderada básica do número de ações (líquidas de tesouraria) - em milhares	273.763	274.133	
Prejuízo básico por ação	(0,20377)	(0,9989)	
Numerador diluído			
Resultado líquido do período	(55.786)	(273.841)	
<u>Denominador diluído</u>			
Média ponderada do número de ações (líquidas de tesouraria) - em milhares	273.763	274.133	
Opções de ações (Nota 31) – em milhares	1.940	2.254	
Efeito anti-diluição – em milhares	(1.940)	(2.254)	
Média ponderada diluída do número de ações	273.763	274.133	
Prejuízo diluído por ação	(0,20377)	(0,9989)	

21. Receita operacional líquida

Controladora e Consolidado		
2022	2021	
3.944.890	2.973.094	
(342.005)	(251.264)	
3.602.885	2.721.830	
46.874	35.253	
(5.085)	(3.796)	
41.789	31.457	
3.644.674	2.753.287	
	2022 3.944.890 (342.005) 3.602.885 46.874 (5.085) 41.789	

22. Custo das mercadorias, dos produtos vendidos e com serviços tomados

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Custos com alimentos, bebidas e embalagens	(1.185.261)	(974.549)	
Custos com serviços tomados e outros (i) e (ii)	(112.524)	(60.056)	
Total custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.297.785)	(1.034.605)	

⁽i) Os custos com serviços tomados e outros são compostos, principalmente, por serviços de logística, frete, coroas e brinquedos.

⁽ii) Provisão de baixa de insumos com expectativa de não realização relacionados a produtos perecíveis próximo a data de validade e brinquedos cuja licença expirou e não existe expectativa de renovação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Despesas com pessoal	(603.762)	(507.064)	
Royalties e marketing (i)	(363.534)	(272.071)	
Despesas com ocupação e <i>utilities</i> (ii)	(288.505)	(242.549)	
Depreciações e amortizações (Notas 9 e 10)	(218.215)	(200.636)	
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 8) (iii)	(168.482)	(149.080)	
Despesas pré-operacionais (iv)	(14.118)	(8.210)	
Serviços tomados de terceiros (v)	(195.475)	(182.859)	
Reparos e manutenções	(38.222)	(36.996)	
Outras (vi)	(97.060)	(94.304)	
Total de despesas com vendas	(1.987.373)	(1.693.769)	

- (i) Dada a relevância da despesa de *marketing* da Companhia dentro da rubrica de Outras nesta nota explicativa, a Companhia optou por realizar a realocação de tais despesas para a rubrica de *Royalties* e *Marketing*. Os valores dos períodos anteriores também foram realocados para fins de comparabilidade.
- (ii) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação e utilities (Notas 23 e 24) em R\$235.804 em 31 de dezembro de 2022 (R\$191.819 em 31 de dezembro de 2021), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 8).
- (iii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Nota 8) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$186.545 em 31 de dezembro de 2022 (R\$161.881 em 31 de dezembro de 2021), enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 23 e 24) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$170.439 (R\$150.644 em 31 de dezembro de 2021).
- (iv) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.
- (v) As despesas de serviços tomados de terceiros são compostas, principalmente, por serviços de *delivery* (take rate), serviços de TI e serviços prestados por terceiros para as lojas.
- (vi) As outras despesas são compostas principalmente por provisão para perdas estimadas com a realização dos créditos (Nota 5), baixas devido a não realização dos créditos, taxas, uniformes, materiais de limpeza e materiais de cozinha.

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolida	ıdo
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	(158.321)	(125.637)	(158.321)	(125.637)
Despesas com ocupação e <i>utilitie</i> s (i)	(1.266)	(767)	(1.266)	(767)
Depreciação e amortização (Notas 9 e 10)	(17.046)	(25.200)	(17.046)	(25.200)
Amortização direito de uso (aluguel) (Nota 8) (ii)	(1.957)	(1.564)	(1.957)	(1.564)
Despesas com aquisições e incorporações	-	(7.358)	-	(7.358)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Notas 9 e 10)	(14.841)	(8.527)	(14.841)	(8.527)
Receita com venda de ativos	2.056	288	2.056	288
Baixa de ativos vendidos	(1.949)	(724)	(1.949)	(724)
Resultado com sinistros	-	(16)	-	(16)
Provisão de impairment (Nota 9)	(7.037)	(4.861)	(7.037)	(4.861)
Custos com plano de ações (Notas 31) (iii)	(34.799)	(8.284)	(34.799)	(8.284)
Serviços tomados de terceiros (iii e iv)	(58.293)	(43.030)	(58.293)	(43.030)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (v)	30.912	28.350	30.681	28.131
Total de despesas gerais e administrativas	(262.541)	(197.330)	(262.772)	(197.549)

(i) Os efeitos da adoção do CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS16 impactaram positivamente os registros contábeis na rubrica de despesas com ocupação e utilities (Notas 23 e 24) em R\$235.804 em 31 de dezembro de 2022 (R\$191.819 em 31 de dezembro de 2021), líquido de impostos (Pis e Cofins), devido ao arrendamento operacional (aluguel fixo) não ser mais reconhecido nesta rubrica (Nota 8).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Controladora e Consolidado

24. Despesas Gerais e administrativas

- (ii) Em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, o saldo apresentado em conta patrimonial de Amortização de direito de uso (Nota 8) é bruto de impostos (Pis e Cofins) e totaliza R\$186.545 em 31 de dezembro de 2022 (R\$161.881 em 31 de dezembro de 2021), enquanto os saldos apresentados em contas de resultado de Amortização de direito de uso (Notas 23 e 24) são líquidos de impostos (Pis e Cofins) totalizando R\$170.439 (R\$150.644 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) O aumento reflete principalmente a antecipação de parte dos vestings dos Planos devido à OPA (Nota 1), onde 84% da Administração optou pela não antecipação, resultando em um impacto de R\$16.212, dos quais R\$12.596 em ações e R\$3.616 em encargos. Ainda existem despesas referentes ao novo Plano de Concessão de Ações por Performance da Companhia (Nota 31) que foi outorgado em julho de 2022, além de despesas adicionais relacionados a serviços especializados de assessorias financeiras e jurídicas para o processo relativo à OPA que se aproximaram de R\$3.846.
- (iv) Dada a relevância das despesas de serviços tomados dentro da rubrica de Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas nesta nota explicativa, os quais são compostas principalmente por honorários advocatícios, serviços de TI e serviços de terceiros, a Companhia optou por realizar a realocação de tais despesas para a rubrica de Serviços tomados de terceiros. Os valores dos períodos anteriores também foram realocados para fins de comparabilidade.
- (v) Refere-se às receitas com prêmio sobre acordo inicial de fornecimento, reversão de gastos inerentes à construção de lojas, despesas com provisões para demandas judiciais, serviços tomados, gastos com viagens e de serviços prestados.

25. Despesas financeiras

	Controladora e Consolidada	
	2022	2021
Juros sobre empréstimos	(102.457)	(34.171)
Variação cambial passiva	(4.391)	(1.929)
Despesa juros de arrendamento mercantil a pagar (Nota 8)	(87.228)	(80.156)
Despesa com derivativos	(4.138)	(3.885)
Correção monetária	(2.743)	(788)
Outras despesas bancárias e juros diversos	(9.000)	(20.632)
Total de Despesas Financeiras	(209.957)	(141.561)

26. Receitas financeiras

	Controladore	T C C C C C C C C C C C C C C C C C C C	Consolidado)
	2022	2021	2022	2021
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	56.741	20.322	56.972	20.541
Variação cambial ativa	2.553	1.522	2.553	1.522
Receitas com derivativos	2.938	1.762	2.938	1.762
Desconto Arrendamentos (Nota 8) COVID-19 (i)	-	15.943	-	15.943
Tributos sobre receitas financeiras	(2.988)	(1.441)	(2.988)	(1.441)
Correção monetária	5.982	3.257	5.982	3.257
Outras receitas financeiras	612	2.015	612	2.015
Total de receitas financeiras	65.838	43.380	66.069	43.599

(i) Com base no expediente prático da Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº16 deliberada pela CVM em 07 de julho de 2020 e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº18 deliberada pela CVM em 21 de julho de 2021, para o exercício de 2021 a Companhia reconheceu os descontos concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento operacional (e prorrogação) uma vez que os benefícios foram considerados relacionados a COVID-19. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia continuou com as negociações dos arrendamentos operacionais, porém, devido aos êxitos nas negociações não serem diretamente benefícios considerados relacionados a COVID-19, os arrendamentos operacionais beneficiados sofreram remensurações, impactando apenas as rubricas patrimoniais (Nota 8).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Imposto de renda e contribuição social

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

Controladora e Consolidad
2022
(8.642)
(8.642)

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(47.144)	(270.598)
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	16.029	92.003
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:		
Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal	(3.705)	(83.564)
Pagamentos de bônus não dedutíveis	(1.573)	(1.236)
Quebra de caixa	(492)	(447)
Baixa de ativos não financeiros	(2.860)	(4.642)
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	(364)	(767)
Custo com plano de opção de ações	(11.832)	(2.817)
Perdas de estoques	(3.158)	(424)
Outras diferenças permanentes	(687)	(1.349)
Imposto de renda e contribuição social	(8.642)	(3.243)

Diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica consideravelmente no aumento do prazo de recuperação dos créditos tributários.

A recuperabilidade destes tributos diferidos é revisada no mínimo anualmente, ou quando for provável a indisponibilidade de lucro tributável futuro.

A composição líquida dos impostos de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	2022	2021	
Impostos de renda e contribuição social diferidos – ativo	353.154	256.271	
Impostos de renda e contribuição social diferidos – passivo	(390.908)	(285.383)	
	(37.754)	(29.112)	

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Imposto de renda e contribuição social

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Con	solidado
	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	856.766	845.869
<u>Diferenças temporárias</u>		
Provisão para demandas judiciais (Nota 17)	21.818	25.422
Provisão bônus	35.017	26.142
Provisão compras	23.303	15.991
Provisão para impairment (Nota 9)	19.992	12.955
Pré operacional	29.998	25.673
Provisões de despesas	17.787	25.701
Amortização de direito de uso e juros sobre passivos de arrendamentos	848.061	590.397
Receitas diferida	17.720	4.270
Outras	24.993	27.186
Base de cálculo	1.895.455	1.599.606
Alíquota vigente	34%	34%
	644.454	543.866
(-) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(291.300)	(287.595)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo	353.154	256.271
Diferença entre vida útil societária <i>versus</i> fiscal	(700)	(5.171)
Encargos financeiros a transcorrer	(4.871)	(2.272)
Amortização fiscal do ágio (goodwill)	(398.138)	(323.585)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(744.139)	(508.334)
Outros	(1.881)	_
Base de cálculo	(1.149.729)	(839.362)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo	(390.908)	(285.383)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(37.754)	(29.112)

A previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Ano	2022
2023	110.058
2024	61.251
2025	60.239
2026	58.097
2027 em diante	63.510
Total de tributos diferidos ativos	353.154

Com base no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reconheceu os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias considerando a expectativa da sua realização futura. Quanto aos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, a Companhia não registrou tributos diferidos calculados sobre esses montantes.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187 que fixou a tese do Tema no 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à atualização monetária pela taxa SELIC recebidos em razão da repetição de indébito tributário. A decisão, sob a sistemática de repercussão geral, foi unânime entre os ministros do STF. Embora o acórdão de RE julgado pelo STF, publicado em 16 de dezembro de 2021, não tenha transitado em julgado e restando à PGFN eventual interposição de embargos de declaração e modulação dos efeitos da decisão ao STF, a decisão de mérito já foi favorável a todos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



27. Imposto de renda e contribuição social

os contribuintes, não havendo incertezas relevantes em relação ao mérito da questão que não estejam sob o controle das entidades. No que se refere à eventual modulação dos efeitos da referida decisão, outros julgamentos de temas tributários pelo STF indicam ser provável que seja resguardado aos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data de 24 de setembro de 2021, o direito de restituir o IRPJ e a CSLL do período de 5 anos anteriores a data do ajuizamento da ação judicial, ainda que as entidades não tenham sua ação judicial transitado em julgado. Tal decisão não afetou o cálculo do IRPJ e da CSLL corrente da Companhia uma vez que a mesma apresentou Prejuízo Fiscal nos exercícios de 2022 e de 2021. Adicionalmente, também não gerou impacto nos tributos diferidos devido a Companhia não estar reconhecendo tributos diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL.

Incerteza sobre Tratamento de IRPJ e CSLL

A Companhia possui auto de infração lavrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), suposta indedutibilidade dos Royalties para fins do cálculo do IRPJ e CSLL, em patamar superior ao limite legal (IRPJ e CSLL), referente ao exercício de 2017 no valor de R\$15.951. Os casos aguardam julgamento na esfera administrativa. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, informa que os casos possuem probabilidade possível de ganho e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL em relação a essas ações

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e à curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são apresentados a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetadas para 2022. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seções seguintes referem-se à posição em 31 de dezembro de 2022.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Sensibilidade a taxas de juros

Na data dessas informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Controladoro	1	Consolidado		
Instrumento de taxa variável	2022	2021	2022	2021	
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras (Nota 3)	26.828	89.770	26.828	89.770	
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	473.648	339.192	473.680	339.218	
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(1.013.559)	(790.270)	(1.013.559)	(790.270)	

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável utilizamos o CDI acumulado de 12,53%.

			Consolidado				
			1	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Provável	50%	25%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Notas 3 e 4)	500.508	Variação DI	56.972	28.486	14.243	(14.243)	(28.486)
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	(1.013.559)	Variação DI	(102.457)	(51.229)	(25.614)	25.614	51.229

Risco de câmbio

Sensibilidade a taxas de câmbio

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			_	Controladora e Consolidado				
			Taxa de câmbio I II III		IV	V		
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	em 31/12/2022	Provável	50%	25%	-25%	-50%
Royalties/ Franchise Fee (Nota 18.2)	24.144	Variação dólar americano	5,2177	24.144	(12.072)	(6.036)	6.036	12.072

Risco de crédito

A tabela abaixo demonstra o Rating dos valores aplicados (Notas 3 e 4) conforme a agência Fitch.

	Controladora		Consolidado	•
Rating	2022	2021	2022	2021
AAA	446.330	339.953	420.746	319.694
AA	54.146	88.926	79.762	105.384
AA-	-	-	-	3.827
Α	-	83	-	83
	500.476	428.962	500.508	428.988

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Risco de liquidez

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

			Consolidad	do		
Exposição patrimonial	Saldo contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	45.453	45.453	45.453	-	-	45.453
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	473.680	473.680	-	473.680	-	473.680
Contas a receber (Nota 5)	222.550	222.550	222.550	-	-	222.550
Passivos						
Passivo de arrendamento (Nota 8)	947.613	1.284.271	66.477	194.381	1.023.413	1.284.271
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	1.013.559	1.345.751	52.409	210.517	1.082.825	1.345.751
Fornecedores, fornecedores conveniados						204 572
e aluguéis a pagar (Nota 12)	364.573	364.573	364.573	-	-	364.573
Obrigações corporativas (Nota 18.2)	24.144	24.144	24.144	-	-	24.144
Obrigações Fiscais (Nota 14)	38.141	38.141	25.199	8.399	4.543	38.141

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado excluindo os efeitos do IFRS 16/ CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), *swaps*, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado ao passivo de arrendamento e à dívida líquida como segue:

	Consolidado		
	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(45.453)	(111.590)	
Títulos e valores mobiliários (Nota 4) (i)	(473.680)	(339.218)	
Empréstimos e financiamentos (i)	1.013.559	790.270	
Dívida líquida (Nota 11)	494.426	339.462	
Patrimônio líquido	1.485.188	1.572.720	
Passivo de arrendamento a pagar (Nota 8) (i)	947.613	918.467	
Capital total	2.927.227	2.830.649	

⁽i) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos.

Contabilidade de Hedge

A Companhia aplica as regras de *hedge accounting* para instrumentos financeiros derivativos e não derivativos que se qualificam para relações de *hedge* de fluxo de caixa, em concordância com as determinações de suas Políticas de Risco.

A Companhia efetua a designação formal de suas relações de *hedge accounting* conforme disposto na Deliberação CVM nº 763/16/IFRS9 e com sua Política de Risco.

i. Hedge de fluxo de caixa

A Companhia compra batata, componente do custo de mercadorias e produtos vendidos, sendo esse custo atrelado ao euro, de modo que, no momento em que passa a conhecer sua expectativa de compras futuras altamente prováveis, há o surgimento do risco cambial. Com isso, a Companhia possui como política gerenciar este risco por meio da contratação de derivativos (NDF – Termo de moeda). Uma vez contratados os derivativos, estes são estritamente relacionados as compras futuras de insumos, qualificando-se, por via de consequência, para a adoção de hedge accounting. A Companhia optou pela adoção do hedge accounting de fluxo de caixa, sendo a estratégia de fixar o fluxo de caixa real das compras futuras de batata (objeto de hedge), fixando a taxa do euro por meio do derivativo (instrumento de hedge).

ii. Ganhos e perdas com instrumentos de Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não são realizados, são registrados em outros resultados abrangentes enquanto efetivos e quanto à estratégia definida em política.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



29. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de "NDF" e são resumidos a seguir:

			Controladora e Consolidado			
		•	202	2	20	21
Instrumentos	Vencimento	Ativo (objeto protegido)	Notional	Valor justo	Notional	Valor justo
(Designados como hedge de fluxo de caix	<u>a)</u>					
NDF	01/2022	EURO	-	-	300	43
NDF	02/2022	EURO	-	-	300	38
NDF	03/2022	EURO	-	-	300	63
NDF	07/2022	EURO	-	-	53	3
			-	-	953	147

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos a valor justo com base na marcação a mercado de *hedge* e em outros resultados abrangentes. Quando ocorre a liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são classificados ao resultado.

30. Valor justo

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *input*s são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição abaixo demonstra ativos financeiros da Companhia e a classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização. Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivale ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2.

Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de euro verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 S.A.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					
			2022			2021
			Nível			Nível
	Valor	Valor	hierárquico do	Valor	Valor	hierárquico do
	contábil	justo	valor justo	contábil	justo	valor justo
Ativos						_
Custo Amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	18.625	18.625	2	21.820	21.820	2
Contas receber de clientes (Nota 5)	222.550	222.550	2	139.267	139.267	2
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	26.828	26.828	2	89.770	89.770	2
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	473.680	473.680	2	339.218	339.218	2
Passivos						
Custo Amortizado (com valor justo divulgado)						
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	1.013.559	1.054.380	2	790.270	820.920	2
Fornecedores, fornecedores conveniados e						
aluguéis a pagar (Nota 12)	364.573	364.573	2	247.917	247.917	2
Obrigações corporativas (Nota 18.2)	24.144	24.144	2	22.122	22.122	2
Passivos de arrendamento (Nota 8)	947.613	947.613	2	918.467	918.467	2

31. Plano de remuneração baseado em ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$34.799 (R\$8.284 em 31 de dezembro de 2021) de despesas oriundas dos planos de remuneração baseado em ações, registradas na rubrica de Despesas gerais e administrativas (Nota 24). O aumento nessa rubrica reflete principalmente a antecipação de parte dos *vestings* dos Plano devido a OPA (Nota 1) pela menor parte da Administração, combinado com as despesas referentes ao novo Plano de Concessão de Ações por Performance da Companhia (Sexto Plano).

As informações dos programas de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue.

Terceiro Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

			Т	erceiro Plano				
Lotes	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	Sexto	Sétimo	
Anteriores	Lote	Lote	Lote	Lote	Lote	Lote	Lote	Total
22/06/2017	22/06/2017	22/06/2017	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	30/10/2019	N/A
-	14/07/2020	14/07/2021	14/07/2019	14/07/2020	14/07/2021	14/07/2022	14/07/2023	N/A
-	10,82	10,82	10,82	11,37	12,14	12,95	13,82	N/A
-	5,45	5,45	5,45	5,45	5,45	5,45	5,45	5,45
-	9,87%	10,24%	5,40%	4,42%	4,70%	5,19%	5,64%	N/A
-	1 ano	2 anos	n/a	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	N/A
-	0%	0%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	0,40%	N/A
-	14,91%	14,91%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	23,47%	N/A
2.119.036	1.467.064	1.532.800	112.990	112.990	112.990	112.990	112.989	5.683.849
2.119.036	1.467.064	2.500	112.990	112.990	112.990	112.990	-	4.040.560
148.700	671.429	713.700	38.800	38.800	38.800	38.800	38.800	1.727.829
1.871.542	68.236	2.500	-	-	-	-	-	1.942.278
98.794	727.399	816.600	74.190	74.190	74.190	74.190	74.189	2.013.742
-	1,08	1,53	7,88	7,62	7,45	7,49	7,64	N/A
	22/06/2017 2.119.036 2.119.036 148.700 1.871.542	Anteriores Lote 22/06/2017 22/06/2017 - 14/07/2020 - 10,82 - 5,45 - 9,87% - 1 ano - 0% - 14,91% 2.119.036 1.467.064 2.119.036 1.467.064 148.700 671.429 1.871.542 68.236 98.794 727.399	Anteriores Lote Lote 22/06/2017 22/06/2017 22/06/2017 22/06/2017 - 14/07/2020 14/07/2021 10,82 - 10,82 10,82 - 5,45 5,45 - 9,87% 10,24% - 1 ano 2 anos - 0% 0% - 14,91% 14,91% 2.119.036 1.467.064 1.532.800 2.119.036 1.467.064 2.500 148.700 671.429 713.700 1.871.542 68.236 2.500 98.794 727.399 816.600	Lotes Anteriores Primeiro Lote Segundo Lote Terceiro Lote 22/06/2017 22/06/2017 22/06/2017 30/10/2019 - 14/07/2020 14/07/2021 14/07/2019 14/07/2019 - 10,82 10,82 10,82 10,82 - 5,45 5,45 5,45 5,45 - 9,87% 10,24% 5,40% 5,40% - 1 ano 2 anos n/a - 0% 0% 0,40% - 14,91% 14,91% 23,47% 2.119.036 1.467.064 1.532.800 112.990 148.700 671.429 713.700 38.800 1.871.542 68.236 2.500 - 98.794 727.399 816.600 74.190	Anteriores Lote Lote	Lotes Anteriores Primeiro Lote Segundo Lote Terceiro Lote Quarto Lote Quinto Lote 22/06/2017 22/06/2017 22/06/2017 30/10/2019 30/10/2019 30/10/2019 30/10/2019 30/10/2019 30/10/2019 30/10/2019 14/07/2020 14/07/2021 14/07/2020 14/07/2021 14/07/2019 14/07/2020 14/07/2021 12/14 14/07/2020 14/07/2021 12/14	Lotes Anteriores Primeiro Lote Segundo Lote Terceiro Lote Quarto Lote Quinto Lote Sexto Lote 22/06/2017 22/06/2017 22/06/2017 30/10/2019 14/07/2020 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2021 14/07/2021 14/07/2021 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2022 14/07/2022	Lotes Anteriores Primeiro Lote Segundo Lote Terceiro Lote Quarto Lote Quinto Lote Sexto Lote Sétimo Lote 22/06/2017 22/06/2017 22/06/2017 30/10/2019 11/407/2021 14/07/2022 14/07/2022 14/07/2023 14/07/2021 14/07/2022 14/07/2023 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 13/02 14/07/2021 14/07/2021 </td

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



31. Plano de remuneração baseado em ações

Quarto Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Quarto Plano						
	Primeiro	Primeiro	Segundo	Segundo			
	Programa	Programa	Programa	Programa	Total		
Data de emissão	22/03/2019	22/03/2019	22/03/2019	22/03/2019	N/A		
Data de vesting	01/01/2022	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2024	N/A		
Preço na outorga	18,70	18,70	18,70	18,70	18,70		
Quantidade total de ações restritas	-	-	-	-	1.839.905		
Quantidade total de ações restritas outorgadas	547.390	547.382	272.094	272.092	1.638.958		
Quantidade de ações restritas vestidas	373.428	155.991	66.001	66.001	661.420		
Quantidade de ações restritas perdidas/ expiradas	173.962	231.858	115.843	115.842	637.505		
Quantidade de ações restritas exercidas	373.428	155.991	66.001	66.001	661.421		
Quantidade de ações restritas a exercer	-	159.533	90.251	90.250	340.033		

Quinto Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

•	Quinto Plano						
•	Primeiro	Primeiro	Segundo	Segundo			
	Programa	Programa	Programa	Programa	Total		
Data de emissão	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	N/A		
Data de vesting	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2025	01/01/2026	N/A		
Preço na outorga	11,18	11,18	7,03	7,03	N/A		
Quantidade total de ações restritas	-	-	-	-	1.857.170		
Quantidade total ações restritas outorgadas	272.698	272.705	622.460	622.464	1.790.327		
Quantidade de ações restritas vestidas	96.404	96.404	164.508	164.508	521.824		
Quantidade de ações restritas perdidas/ expiradas	35.403	35.404	65.987	65.988	202.782		
Quantidade de ações restritas exercidas	96.404	96.404	164.508	164.508	521.824		
Quantidade de ações restritas a exercer	140.892	140.898	391.966	391.969	1.065.723		

Sexto Plano

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Sexto Plano									
	Primeiro	Primeiro	Primeiro	Segundo	Segundo	Segundo	Terceiro	Terceiro	Terceiro	
	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	Total
Data de emissão	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	N/A
Data de vesting	01/01/2023	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2024	01/01/2025	01/01/2026	01/01/2025	01/01/2026	01/01/2027	N/A
Preço na outorga	5,49	5,49	5,49	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Quantidade total de										
ações restritas										
líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.130.332
Quantidade total										
ações restritas										
outorgadas	137.391	137.391	1.099.127	-	-	-	-	-	-	1.373.909
Quantidade de										
ações restritas										
vestidas	39.434	39.434	315.473	-	-	-	-	-	-	394.341
Quantidade de										
ações restritas a										
exercer	97.957	97.957	783.655	-	-	-	-	-	-	979.568

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



31. Plano de remuneração baseado em ações

Em 29 de abril de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Concessão de Ações por Performance da Companhia. O Sexto Plano tem como objetivo conceder aos participantes indicados pelo Conselho de Administração da Companhia, com assessoria do Comitê de Gente e Remuneração, de tempos em tempos, a oportunidade de receber ações ordinárias de emissão da Companhia de modo a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, incentivando a integração dos Participantes na Companhia; (b) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; (c) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos participantes na Companhia; e (d) atrair novos talentos para a Companhia.

Para fins deste Plano, as Ações Virtuais são divididas em dois tipos diferentes: (a) Ações Restritas Virtuais, não sujeitas às Metas de Performance; e (b) Ações Performance Virtuais, sujeitas às Metas de Performance. Os participantes farão jus às Ações Performance Virtuais, a depender do atingimento parcial, total ou superação de duas metas: (i) meta de fluxo de caixa operacional, calculada na data base de 31 de dezembro do último ano do período de carência de cada Programa; (ii) meta de *return on invested* capital, calculada na data base de 31 de dezembro do último ano do período de carência de cada Programa. As metas de performance serão definidas anualmente pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada respectivo Programa, e poderão, caso necessário, ser revisadas pelo Conselho de Administração.

O número máximo de Ações Virtuais é de 4.130.332 que poderão ser concedidas aos participantes já considerando o limite para o caso de superação de todas as Metas de Performance em todos os Programas (o "Limite Quantitativo"). Eventual alteração do Limite Quantitativo dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

O Sexto Plano pode ser dividido em até três programas:

Primeiro Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2023 em relação a 20% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa;
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação aos 20% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa;
- (iii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2025 em relação aos 60% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa; e
- (iv) O período de carência das Ações Performance Virtuais se encerrará em 1º de janeiro de 2025 em relação a 100% das ações.

Segundo Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2024 em relação a 20% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa;
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2025 em relação aos 20% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa;
- (iii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2026 em relação aos 60% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa; e

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



31. Plano de remuneração baseado em ações

(iv) O período de carência das Ações Performance Virtuais se encerrará em 1º de janeiro de 2026 em relação a 100% das ações.

Terceiro Programa

- (i) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2025 em relação a 20% das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no referido Programa;
- (ii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2026 em relação aos 20% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa;
- (iii) O período de carência se encerrará em 1º de janeiro de 2027 em relação aos 60% remanescente das Ações Restritas Virtuais a serem concedidas no âmbito do mesmo Programa; e
- (iv) O período de carência das Ações Performance Virtuais se encerrará em 1º de janeiro de 2027 em relação a 100% das ações.

Os períodos de carências das Ações Virtuais serão integralmente antecipados a pedido do Participante em caso de: (a) oferta pública de Ações (uma "OPA") para cancelamento de registro; (b) OPA por aumento de participação de acionista controlador; (c) OPA por alienação de controle de companhia aberta (incluindo eventuais OPAs concorrentes), conforme contrato do Plano de Concessão de Ações.

Abaixo demonstramos a movimentação das opções do terceiro, quarto e quinto planos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Terceiro Plano	Quarto Plano	Quinto Plano	Sexto Plano	Total
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	2.422.742	1.132.847	1.741.744		5.297.333
Outorgadas	-	-	-	1.373.909	1.373.909
Perdidas/ expiradas	(409.000)	(131.394)	(154.199)	-	(694.593)
Exercidas		(661.420)	(521.822)	(394.341)	(1.577.583)
Em aberto em 31 de dezembro de 2022	2.013.742	340.033	1.065.723	979.568	4.399.066
Exercíveis em 31 de dezembro de 2022 (vested) (Nota 20)	1.939.553		-		1.939.553

	Terceiro Plano	Quarto Plano	Quinto Plano	Total
Em aberto em 31 de dezembro de 2020	3.265.867	1.638.958	545.403	5.450.228
Outorgadas	-	-	1.244.924	1.244.924
Perdidas/ expiradas	(843.125)	(506.111)	(48.583)	(1.397.819)
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	2.422.742	1.132.847	1.741.744	5.297.333
Exercíveis em 31 de dezembro de 2021 (vested) (Nota 20)	2.254.363			2.254.363

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



32. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

<u>Local segurado</u>	Limite máximo de indenização
Responsabilidade Civil Administrativo/ Diretores (D&O)	50.000
Responsabilidade Civil (POSI) – GERAL	40.000
Patrimonial (RO) – Média	11.104
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	15.000

33. Eventos subsequentes

33.1 Decisão Supremo Tribunal Federal (STF) – efeitos de coisa julgada tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os temas 881 e 885 e declarou a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado, ou seja, julgou no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento do STF para as questões tributárias. A Administração da Companhia juntamente com os seus assessores jurídicos, avaliaram a decisão proferida, e não foi identificada mudança relevante, não antevendo quaisquer impactos para a ZAMP.



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1°, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos na qualidade de diretores da Zamp S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Barueri, 02 de março de 2023.

Ariel Grunkraut

Diretor-Presidente

Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos na qualidade de diretores da Zamp S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 350, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., referentes às Demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Barueri, 02 de março de 2023.

Ariel Grunkraut

Diretor-Presidente

Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA ZAMP EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria da ZAMP S.A. é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente. O seu funcionamento, composição e atribuições são regidos pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria, versão revisada e aprovada pelo Conselho de Administração http://ri.zamp.com.br/).

O Comitê de Auditoria é formado por três membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo o seu coordenador, um membro independente do Conselho. O coordenador é especialista financeiro com experiência na área contábil-societária, financeira, controles internos e auditoria; um outro membro independente, também é especialista nessas áreas. O terceiro membro do comitê, não independente, é um especialista no negócio de Quick Service Restaurants.

São agendadas, no mínimo, 4 reuniões ordinárias anualmente. Reuniões extraordinárias são convocadas na medida de sua necessidade. A diretoria executiva da companhia é convidada a participar para esclarecimentos e apresentações, quando considerado relevante e necessário, assim como os auditores independentes, os responsáveis pela área de Compliance ou quaisquer integrantes de outras áreas da Companhia. A Gerente de Auditoria Interna, por reportar diretamente ao Comitê, é parte integrante de todas as reuniões.

A cada reunião ordinária do Conselho de Administração, o Coordenador do Comitê de Auditoria relata as atividades do Comitê aos seus membros. Os fatos relevantes ou extraordinários são tempestivamente levados ao Conselho, sempre que o colegiado do Comitê considere assim necessário.

Em 2022, foram realizadas 13 (treze) reuniões (2021: 18), sendo 8 (oito) reuniões ordinárias (2021: 12) e 5 (cinco) reuniões extraordinárias (2021: 6). Suas atividades nesse período estão descritas a seguir:

Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna: Em 2022, a Auditoria Interna executou 100% dos trabalhos planejados para o ano, além de outros extraordinários. Como parte de seu trabalho, manteve reuniões com a Administração visando o alinhamento dos pontos de auditoria e seus planos de ação.

Durante o exercício, todos os trabalhos da Auditoria Interna foram compartilhados com o Comitê de Auditoria, que fez recomendações visando melhorar a abrangência e objeto dos trabalhos e aprimorar o sistema de controles internos e gestão de riscos da companhia.

No exercício encerrado, foram disponibilizados treinamentos para toda a equipe, com ênfase nos assuntos específicos da carreira de Auditoria Interna.

O Comitê efetuou a avaliação formal da auditoria interna. As recomendações de melhorias foram discutidas com a responsável pela área.

Acompanhamento das Atividades da Auditoria Independente: A PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. (PwC) é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022, pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme as normas de auditoria, bem como é responsável pelas revisões limitadas das informações trimestrais (ITRs) enviadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Comitê de Auditoria manteve reuniões ordinárias e extraordinárias com os Auditores Independentes para discussão sobre o planejamento anual e principais riscos identificados, apresentação dos trabalhos realizados, eventuais preocupações relevantes e relacionamentos com a Administração e questões relacionadas aos controles internos.



Em 2022 houve a contratação da PwC para o serviço de asseguração do Relatório de Sustentabilidade de 2021,no valor equivalente a 16,3% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

O Comitê efetuou a avaliação formal dos auditores independentes e concluiu que mantiveram sua independência e objetividade ao longo de 2022.

Acompanhamento das demonstrações financeiras trimestrais e anuais: Trimestralmente, a diretoria executiva apresenta ao Comitê de Auditoria, as demonstrações financeiras da ZAMP, discorrendo sobre seu desempenho e suas variações. Também trimestralmente, o Comitê se reúne com os auditores independentes, que apresentam suas conclusões sobre as demonstrações financeiras de cada trimestre, fazendo as observações julgadas pertinentes.

Acompanhamento dos negócios da companhia e do ambiente de controles internos: Por meio de reuniões periódicas com os administradores da companhia o Comitê de Auditoria analisa e monitora a efetividade do sistema de controles internos da Companhia e toma como base, fundamentalmente, os resultados dos trabalhos realizados pelos Auditores Internos e Auditores Independentes e as discussões com a área de Controles Internos, de risco e Compliance.

Acompanhamento das comunicações recebidas pelo canal de denúncias: o Canal de Denúncias da Companhia é terceirizado a uma empresa especializada. As denúncias recebidas são encaminhadas à Área de Compliance, que as apura. Periodicamente, a área de Compliance apresenta ao Comitê de Auditoria um panorama geral das denúncias reportadas e apuradas. A Auditoria Interna, também, participa do Comitê de Conduta e acompanha as análises realizadas. As eventuais denúncias relativas a fraudes são tempestivamente informadas ao Comitê de Auditoria. O processo de apuração e acompanhamento de denúncias é definido por meio do Manual de Tratativas de Denúncias e um Regimento do Comitê de Conduta. Esses materiais foram revisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração em sua reunião de 12 de fevereiro de 2020. Em 2021 foi recomendado pelo Coordenador do Comitê de Auditoria, que é membro do Comitê de Conduta, para que as denúncias recebidas no canal confidencial envolvendo a alta administração (CEO e Vice-Presidentes), o Conselho de Administração e membros do Comitê de Auditoria fossem encaminhadas ao Coordenador do Comitê de Auditoria, sendo as relacionadas com tal Coordenador a serem encaminhadas ao Presidente do Conselho de Administração. Tais denúncias são primariamente recebidas por empresa independente, que faz a triagem inicial e o encaminhamento apropriado para as tratativas previstas. O Comitê de Auditoria possui verba própria para contratações de serviços de investigação.

Conclusão: os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, com base nas informações e discussões acima referidas e com base no relatório emitido sem ressalvas, em 02 de março de 2023, pela PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., recomendou ao conselho de administração a aprovação das demonstrações financeiras da ZAMP S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Barueri, 02 de março de 2023.

Henrique F. Luz

Coordenador do Comitê de Auditoria

Renato Rossi

Jorge Roberto Manoel



RESUMO DO RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Zamp S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório sem ressalvas dos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., datado de 02 de março de 2023, opina favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Barueri, 02 de março de 2023.

Roberto de Frota Decourt

Rosana Cristina Avolio

Carlos Eduardo Baron

Certificate Of Completion

Envelope Id: 97FC96F65E22479FA150EE3C895125FA

Subject: Complete with DocuSign: ZAMP22.DEZ.pdf, ZAMP - DF2022 - BONECO - v16.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 81 Certificate Pages: 2 AutoNav: Enabled

Envelopeld Stamping: Enabled Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia Signatures: 1 Initials: 0

Envelope Originator: Vanessa Santos

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

Status: Completed

São Paulo, SP 05001-100 vanessa.santos@pwc.com IP Address: 201.56.164.188

Location: DocuSign

Location: DocuSign

Timestamp

Sent: 02 March 2023 | 20:56

Viewed: 02 March 2023 | 20:56

Signed: 02 March 2023 | 20:56

Record Tracking

Status: Original

02 March 2023 | 18:34

Status: Original

02 March 2023 | 20:56

Holder: Vanessa Santos

Holder: CEDOC Brasil

@pwc.com

Signature

DocuSigned by:

277A8752AA5D493..

Signer Events

Geovani da Silveira Fagunde geovani.fagunde@pwc.com

Sócio PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

vanessa.santos@pwc.com

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Timestamp

Sent: 02 March 2023 | 18:38 Viewed: 02 March 2023 | 20:55 Signed: 02 March 2023 | 20:56

Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 134.238.160.170

Geovani da Silveira Fagunde

In Person Signer Events Signature **Timestamp Editor Delivery Events Status Timestamp**

Agent Delivery Events Status Timestamp

Intermediary Delivery Events Status Timestamp

Certified Delivery Events Status Timestamp

Status

Carbon Copy Events

vanessa.santos@pwc.com

Senior Manager

Vanessa Santos

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Witness Events Signature **Timestamp**

COPIED

Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	02 March 2023 18:38
Certified Delivered	Security Checked	02 March 2023 20:55
Signing Complete	Security Checked	02 March 2023 20:56
Completed	Security Checked	02 March 2023 20:56
Payment Events	Status	Timestamps